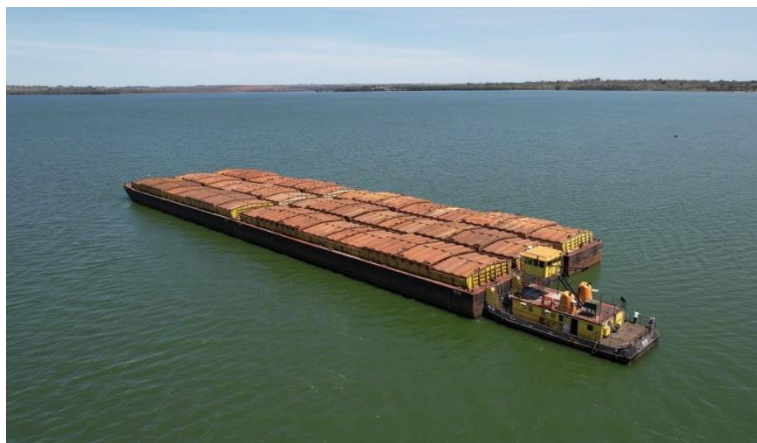


PANORAMA DA INFRAESTRUTURA

REGIÃO CENTRO-OESTE



PANORAMA DA INFRAESTRUTURA

REGIÃO CENTRO-OESTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Antonio Ricardo Alvarez Alban

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Josué Christiano Gomes da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

José Ricardo Montenegro Cavalcante

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Jamal Jorge Bittar

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Antônio Carlos da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gilberto Porcello Petry

VICE-PRESIDENTES

Eduardo Eugênio Gouveia Vieira

Mário Cezar de Aguiar

Carlos Valter Martins Pedro

Ricardo Essinger

Flávio Roscoe Nogueira

Sílvio Cezar Pereira Rangel

Amaro Sales de Araújo

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

José Carlos Lyra de Andrade

Sérgio Marcolino Longen

José Conrado Azevedo Santos

Leonardo Souza Rogério de Castro

1ª DIRETORA FINANCEIRA

Cristhine Samorini

2º DIRETOR FINANCEIRO

Eduardo Prado de Oliveira

3º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Sandro da Mabel Antonio Scodro

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Edílson Baldez das Neves

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Roberto Magno Martins Pires

DIRETORES

Antônio José de Moraes Souza Filho

Izabel Cristina Ferreira Itikawa

José Adriano Ribeiro da Silva

Luiz Césio de Souza Caetano Alves

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Roberto Pinto Serquiz Elias

José Henrique Nunes Barreto

Paulo Afonso Ferreira

Gilberto Ribeiro

Jandir José Milan

Gilberto Seleme

Alessandro José Rios de Carvalho

Jorge Wicks Corte Real

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

Edson Luiz Campagnolo

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Hilton Moraes Lima

Fernando Cirino Gurgel

José da Silva Nogueira Filho

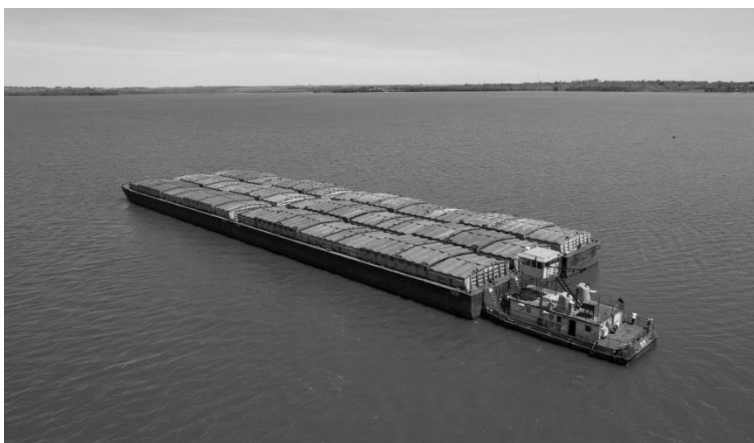
SUPLENTES

Clerlânio Fernandes de Holanda

Francisco de Sales Alencar

Edmilson Matos Candido

PANORAMA DA INFRAESTRUTURA REGIÃO CENTRO-OESTE



© 2026. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Superintendência de Infraestrutura

FICHA CATALOGRÁFICA

C748p

Confederação Nacional da Indústria.

Panorama da infraestrutura : região centro oeste / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2026.

77 p. : il.

1. Infraestrutura 2. Região Centro-Oeste I. Título.

CDU: 330

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
RESUMO EXECUTIVO	9
INTRODUÇÃO	11
1 RETRATO DA INFRAESTRUTURA NA REGIÃO CENTRO-OESTE	13
1.1 Investimentos Federais.....	13
1.2 Obras Paradas.....	14
1.3 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).....	15
1.4 Transporte.....	16
1.4.1 Modal Rodoviário.....	16
1.4.2 Modal Ferroviário	20
1.4.3 Modal Aquaviário.....	22
1.4.4 Modal Aéreo	23
1.5 Energia.....	27
1.5.1 Energia Elétrica	27
1.5.2 Bicom bustíveis.....	34
1.6 Saneamento Básico.....	41
1.7 Telecomunicações.....	44
2 COMO OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS AVALIAM A INFRAESTRUTURA DA REGIÃO CENTRO-OESTE?	47
3 PROPOSTAS PARA AVANÇAR NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA	54
3.1 Propostas para o Brasil.....	54
3.2 Propostas para a Região Centro-Oeste	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70

APRESENTAÇÃO

A Região Centro-Oeste ocupa uma posição estratégica no desenvolvimento do Brasil. Com uma economia dinâmica, forte base produtiva e crescente capacidade de geração de riqueza, a região vem se consolidando como um dos principais vetores do crescimento nacional. Seu protagonismo no agronegócio, aliado ao avanço da atividade industrial, confere ao Centro-Oeste um papel relevante no cenário brasileiro.

Esse dinamismo, no entanto, convive com desafios estruturais. A rápida expansão da produção, especialmente de bens primários e semielaborados, pressiona um sistema de infraestrutura que não acompanhou, na mesma velocidade, o crescimento da região.

Gargalos logísticos, dificuldades na integração modal, energia cara e deficiência na oferta de serviços essenciais reduzem a eficiência e aprofundam o Custo Brasil, comprometendo a competitividade dos produtos nacionais.

Superar esses entraves é condição fundamental para estimular o potencial da região. A expansão e a modernização da infraestrutura de transportes, energia e logística são indispensáveis para diminuir custos, aumentar a produtividade e criar um ambiente favorável à atração de investimentos.

Este trabalho integra uma série de cinco publicações da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que têm como objetivo traçar um retrato das condições de infraestrutura nas regiões brasileiras.

Esperamos que o material contribua para o debate qualificado, para a identificação de prioridades e para a formulação de soluções que fortaleçam a indústria, e impulsionem o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste e do Brasil.

Boa leitura.

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Presidente da CNI

RESUMO EXECUTIVO

A Região Centro-Oeste apresenta elevada especialização produtiva e forte inserção nas cadeias agroindustriais nacionais. O território responde por mais da metade da produção brasileira de grãos, desempenhando papel central no abastecimento interno, na geração de excedentes exportáveis e na sustentação do desempenho do setor externo. Esse perfil produtivo confere à região relevância estratégica para a competitividade da economia brasileira, sobretudo nos segmentos fortemente dependentes de infraestrutura logística.

O elevado volume de produção é acompanhado por desafios estruturais relevantes. A infraestrutura de transportes e logística não evoluiu de forma proporcional à expansão da atividade produtiva, o que resulta em gargalos recorrentes, menor eficiência operacional e maior exposição a riscos ao longo das cadeias de suprimento. A predominância do transporte rodoviário em longas distâncias, associada à limitada integração entre modais, restringe ganhos de escala e eficiência na movimentação de cargas.

A modernização e a diversificação da infraestrutura de transportes são, portanto, centrais para o fortalecimento da indústria e para a redução dos custos logísticos. Corredores estratégicos como a BR-163 permanecem fundamentais para a integração da região aos portos do Norte, mas enfrentam desafios recorrentes de capacidade, conservação e previsibilidade operacional. Nesse sentido, a expansão da malha ferroviária desponta como solução estrutural. Projetos como a Ferrogrão, a Ferrovia do Mato Grosso e a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) têm potencial para reorganizar fluxos de carga, ampliar a eficiência logística e integrar de forma mais competitiva o Centro-Oeste aos mercados nacional e internacional.

Paralelamente, a região avança no processo de agregação de valor à produção, com destaque para segmentos industriais associados aos recursos naturais. A indústria de celulose vem se consolidando como vetor relevante de industrialização e exportação, ampliando encadeamentos produtivos e contribuindo para a diversificação da base econômica regional.

Os biocombustíveis também assumem papel estratégico nesse processo. A expansão da produção de etanol e biodiesel reforça a posição do Centro-Oeste na transição energética e na agenda global de descarbonização, ao mesmo tempo em que cria oportunidades para o fortalecimento da indústria, a geração de emprego e o desenvolvimento tecnológico.

Apesar dos avanços, a consolidação desse potencial depende de uma infraestrutura compatível com a complexidade crescente da economia regional. Energia, transportes e logística permanecem como eixos estruturantes da competitividade e da eficiência produtiva, exigindo planejamento de longo prazo, aprimoramento da governança pública e maior participação do investimento privado. A superação desses desafios é condição indispensável para ampliar a produtividade, fortalecer as bases do crescimento regional e contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

Roberto de Oliveira Muniz

Diretor de Relações Institucionais da CNI

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar um retrato da infraestrutura disponível na Região Centro-Oeste. O documento está dividido em três etapas distintas:

- **Retrato da infraestrutura:**

Na primeira parte, são apresentados dados da Região Centro-Oeste, que são confrontados com as informações nacionais, de modo que o leitor possa ter um parâmetro de comparação nos diferentes segmentos da infraestrutura. A etapa descritiva do trabalho conta com sete seções, sendo as três iniciais relacionadas aos investimentos federais, o problema das obras paradas e os investimentos previstos no Novo PAC para a Região Centro-Oeste. As outras quatro seções estão voltadas à análise detalhada da infraestrutura disponível na região em seus diferentes setores.

- **Pesquisa de percepção do empresário industrial:**

A segunda etapa do trabalho é dedicada à apresentação de levantamento conduzido pela CNI, em parceria com a FSB Pesquisa, sobre o diagnóstico da infraestrutura nas regiões brasileiras. As principais informações apresentadas dizem respeito à percepção do empresário industrial da região quanto às condições da infraestrutura de forma mais ampla e, ainda, por segmentos de transporte, energia, telecomunicação e saneamento básico.

- **Propostas para avançar na infraestrutura:**

Por fim, em conjunto com as Federações de Indústrias, foram elencadas propostas nacionais e regionais para mitigação dos principais problemas de infraestrutura na região.

Abaixo, segue um quadro resumo com uma seleção dos principais indicadores presentes no Panorama da Infraestrutura - Região Centro-Oeste:

Quadro 1 – Principais indicadores de infraestrutura: Região Centro-Oeste x Brasil (2024)*

Segmento	Indicador	Região Centro-Oeste	Brasil	Participação (%)
Biocombustíveis	Produção de biodiesel (milhões m³)	3,6	9	40%
	Produção de etanol hidratado (milhões m³)	11,6	24,2	48%
	Produção de etanol anidro (milhões m³)	4,6	12,8	36%
Energia elétrica	Geração de energia elétrica (MW médios)	105.834	864.390	12%
	Consumo industrial de energia elétrica (GWh)	11.502	197.773	6%
Rodoviário	Acidentes em rodovias federais (em quantidade de sinistros)	8.718	73.114	12%
	Rodovias federais pavimentadas públicas com classificação ótima ou boa (%)	52%	35%	-
Ferroviário	Embarque total de carga ferroviária (milhões de TU)	42,9	542	8%
	Empresários industriais que avaliam o transporte ferroviário como ótimo ou bom (%)	22%	16%	-
Hidroviário	Empresários industriais que avaliam a infraestrutura hidroviária como ótima ou boa (%)	11%	16%	-
Aéreo	Embarques de passageiros aéreos no mercado doméstico (milhões)	11,3	93,5	12%
	Empresários industriais que avaliam os aeroportos como ótimos ou bons (%)	51%	56%	-
Saneamento básico	Atendimento da população total com rede de abastecimento de água (%)	88%	83%	-
	Perdas totais de água na distribuição (%)	34%	40%	-
Telecomunicações	Média de acessos mensais à internet fixa (milhões)	4	51	8%
	Acessos móveis por tecnologia 5G (milhões em dez/2024)	3,7	40	9,2%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE, EPE, ANP, PRF, CNT, ANTT, Pesquisa CNI/FSB, Antaq, ANAC, SNIS/MCid e Anatel.

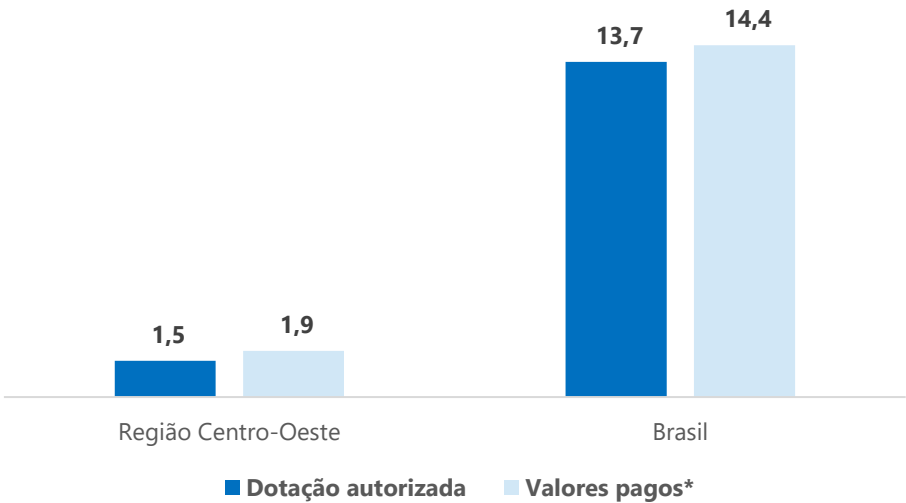
* Nota: Os indicadores foram apurados considerando 2024 como ano de referência ou então período mais recente com o dado disponível.

1 RETRATO DA INFRAESTRUTURA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

1.1 Investimentos Federais

De acordo com informações disponibilizadas no portal orçamentário do Senado Federal (SIGA Brasil), a dotação autorizada para investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos foi equivalente a R\$ 13,7 bilhões em 2024. Deste montante, estava previsto R\$ 1,5 bilhão para a Região Centro-Oeste, sendo que R\$ 1,8 bilhões foram efetivamente pagos (incluindo restos a pagar).

Gráfico 1 - Dotação autorizada e investimentos pagos pelos Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos em bilhões de reais (2024)



* Refere-se ao total pago pela pasta, em valores nominais, com recursos autorizados no exercício orçamentário e com restos a pagar pagos ao final de cada ano. Não Inclui Cias Docas e Estatais.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIGA Brasil.

Em 2025, a dotação autorizada para investimentos federais no setor de transportes foi de R\$ 1,5 bilhão para a região¹, sendo que quase a totalidade desse valor foi realizado até dezembro de 2025. Dentre os principais investimentos previstos nesse setor para a Região Centro-Oeste em 2025, destacam-se:

¹ Dotação autorizada para o Ministério dos Transportes e para o Ministério de Portos e Aeroportos, atualizada em dezembro de 2025.

Quadro 2 - Dez maiores investimentos públicos federais previstos para o setor de transportes na Região Centro-Oeste (2025)

UF	Modalidade	Tipo de obra	Empreendimento	Dotação autorizada (novembro de 2025)
MS	Rodoviário	Adequação	Trecho rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - BR-267/MS	R\$ 257.588.211
GO	Rodoviário	Adequação	Trecho rodoviário- Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - BR-020/GO	R\$ 104.401.334
GO	Rodoviário	Construção	Trecho rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - BR-080/GO	R\$ 95.528.591
MS	Rodoviário	Construção	Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - BR-419/MS	R\$ 71.206.755
DF	Rodoviário	Adequação	Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - BR-080/DF	R\$ 37.606.519
MT	Rodoviário	Construção	Trecho rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - BR-158/MT	R\$ 24.299.947
MT	Rodoviário	Construção	Contorno rodoviário em Barra do Garças - BR-070/MT	R\$ 12.549.113
GO	Rodoviário	Construção	Ponte sobre o Rio Paranaíba em Itumbiara/GO e seus acessos - BR 153/GO/MG	R\$ 4.500.000
MS	Aeroportuário	Reforma e Reaparelhamento	Aeroporto de Dourados/MS	R\$ 4.082.189
MT	Rodoviário	Construção	Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - BR-242/MT	R\$ 3.170.000

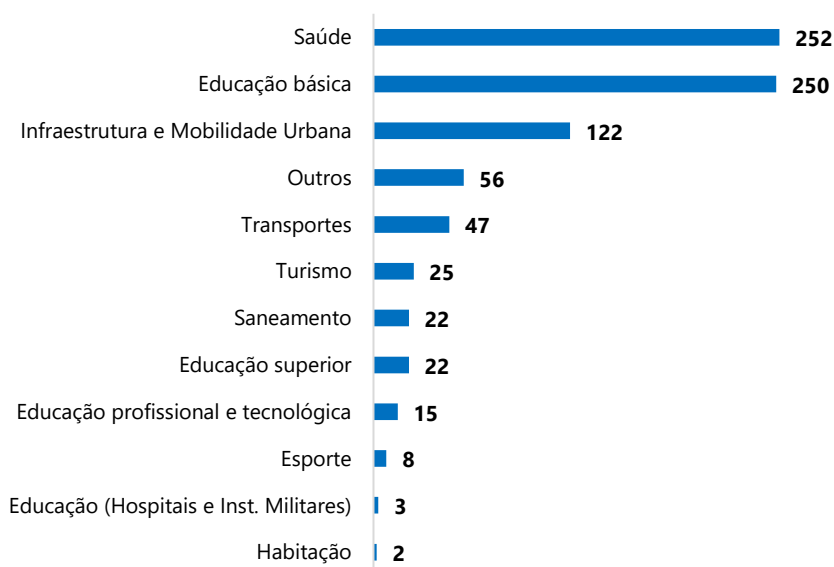
Fonte: Elaboração própria com dados do SIGA Brasil.

1.2 Obras Paradas

De acordo com auditoria mais recente realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras públicas custeadas com recursos federais, foram analisados 1.796 contratos nos estados que compõem a Região Centro-Oeste, dentre os quais foram identificadas 824 obras paralisadas (46%)². Dos setores de infraestrutura, as áreas de mobilidade urbana e saneamento básico estão entre as que possuem elevado número de registros de paralisações na região.

² O próprio TCU reconhece que a quantidade de empreendimentos contratados com recursos públicos e paralisados é provavelmente maior, já que atualmente não é possível conhecer o universo de todos os contratos de investimento assinados pelo Executivo Federal.

Gráfico 2 - Total de obras paralisadas com recursos federais na Região Centro-Oeste (Abril/2025)



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel de Acompanhamento de Obras Paralisadas do TCU (referência abril 2025).

A Região Centro-Oeste representa cerca de 7% das obras identificadas como paralisadas no Brasil.

1.3 Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)

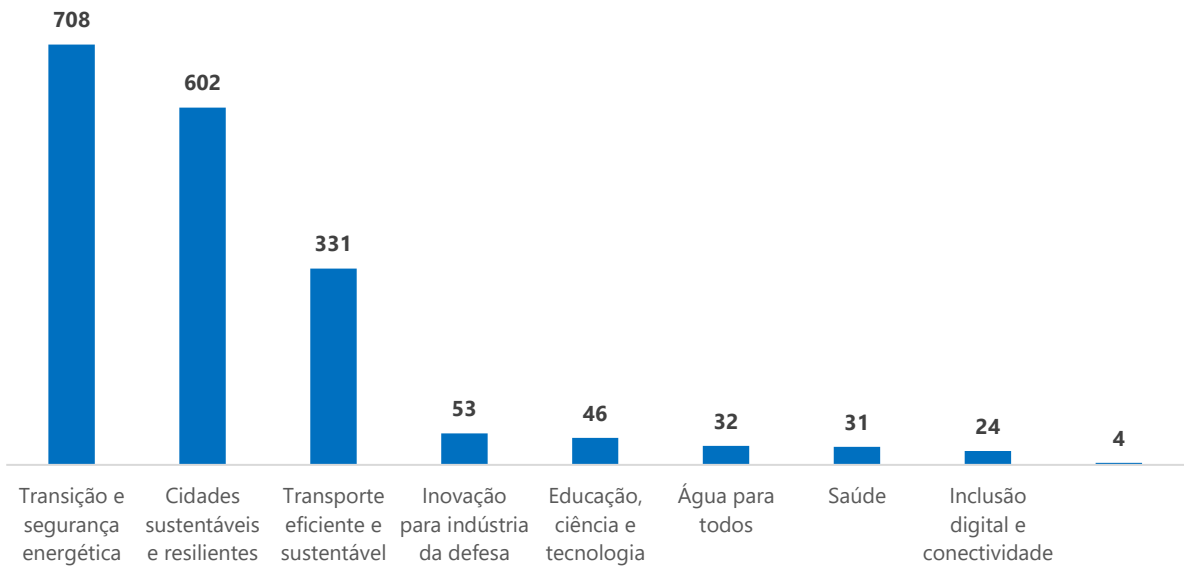
O Novo PAC, de acordo com informações mais recentes, prevê investimentos na ordem de R\$ 1,8 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 251,6 bilhões em obras, serviços e empreendimentos na Região Centro-Oeste³.

O Novo PAC segue estruturado em nove áreas principais: transição e segurança energética; educação, ciência e tecnologia; cidades sustentáveis e resilientes;

³ Embora o valor total previsto de investimento no Novo PAC tenha sido o mais recente (R\$ 1,8 trilhões), o montante destinado à Região Centro-Oeste foi identificado quando do anúncio do programa (ago/2023).

transporte eficiente e sustentável; água para todos; inclusão digital e conectividade; saúde; inovação para a indústria da defesa; e infraestrutura social inclusiva.

Gráfico 3 - Investimentos previstos no Novo PAC para o Brasil em R\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados pelo governo federal.

Nota: BRASIL. Conheça o plano. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/novopac/conheca-o-plano>. Acesso em: dezembro/2025.

O Novo PAC prevê R\$ 251,6 bilhões em obras, serviços e empreendimentos na Região Centro-Oeste.

1.4 Transporte

1.4.1 Modal Rodoviário

Características da frota de veículos

De acordo com dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), referentes a dezembro de 2024, a frota total de veículos em operação na Região Centro-Oeste era de 11,8 milhões, segmentados em 45,8% de automóveis, 21,5% de motocicletas, 9,3% de veículos de carga e 23,5% de outras modalidades de veículos.

Quadro 3 - Frota de veículos na Região Centro-Oeste e no Brasil (Dez/2024)

Veículo	Centro-Oeste		Brasil	
	Frota	Participação (%)	Frota	Participação (%)
Automóvel	5.444.090	45,8%	63.300.406	51,1%
Motocicleta	2.553.298	21,5%	28.295.262	22,8%
Veículos de carga ¹	1.100.567	9,3%	7.905.681	6,4%
Outros ²	2.787.482	23,5%	24.473.171	19,7%
Total	11.885.437	100%	123.974.520	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da SENATRAN de dezembro de 2024.

Notas: ¹ Em "Veículos de carga" foram incluídas as categorias de "Caminhão", "Caminhão trator", "Reboque" e "Semirreboque".

² Em "Outros" tem-se "Bonde", "Caminhonete", "Camioneta", "Chassi Plataforma", "Ciclomotor", "Micro-ônibus", "Motoneta", "Ônibus", "Quadriciclo", "Sidecar", "Trator Esteira", "Trator Rodas", "Triciclo", "Utilitário" e "Outros".

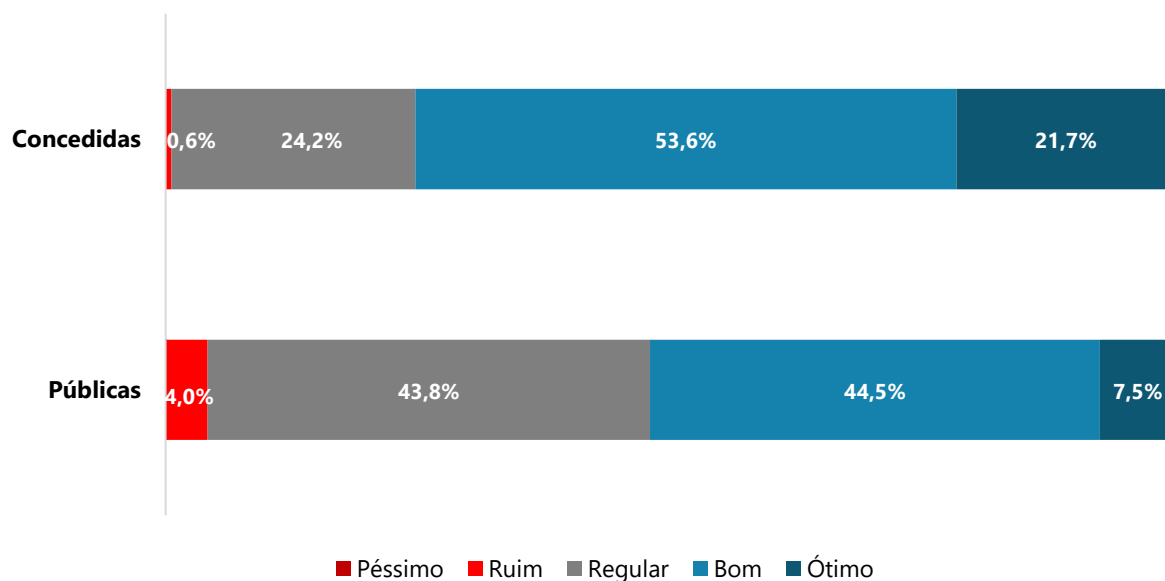
A frota de veículos na Região Centro-Oeste representava, em dezembro de 2024, 10% da frota total brasileira.

Qualidade das rodovias federais pavimentadas

Conforme a Pesquisa de Rodovias da Confederação Nacional do Transporte (CNT), realizada em 2025, a avaliação do "Estado Geral" das rodovias da Região Centro-Oeste revela que 4% das infraestruturas que estão sob Gestão Pública na região apresentam classificação "Péssimo" ou "Ruim" e 44% a avaliação de "Regular". Na análise do "Estado Geral" das rodovias, a "Sinalização", o "Pavimento" e a "Geometria" dessas infraestruturas são avaliadas de forma conjunta.

No caso do "Estado Geral" das rodovias de Gestão Concedida na Região Centro-Oeste, por volta de 0,6% das infraestruturas apresentaram a classificação de "Péssimo" ou "Ruim", 24% a avaliação de "Regular" e 75% ficaram dentro da categoria de "Bom" ou "Ótimo".

Gráfico 4 - Estado Geral das rodovias federais pavimentadas concedidas e sob gestão pública na Região Centro-Oeste (2025)



Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2025.

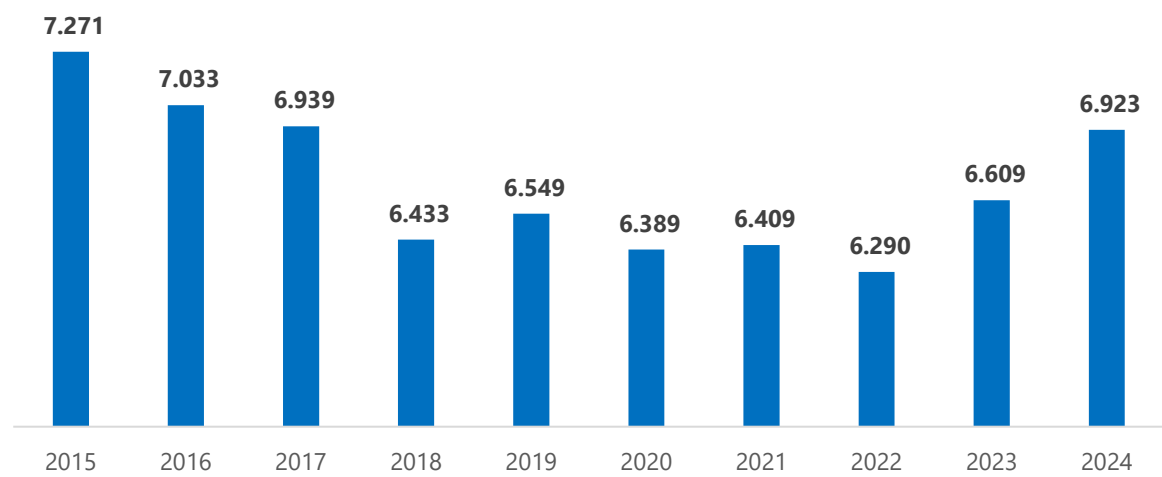
Nota: Os percentuais de estradas concedidas e públicas consideradas como péssimas foram, respectivamente: 0% e 0,13%.

Na Região Centro-Oeste, cerca de 75% das rodovias concedidas são classificadas como "Boas" ou "Ótimas". No Brasil, esse percentual é de 76%.

Acidentes em rodovias federais

Em 2024, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), foram registrados 8.718 acidentes nas rodovias federais localizadas na Região Centro-Oeste. Dos acidentes registrados nesse período, 6.923 apresentaram vítimas, o que representa aproximadamente 79% do total.

Gráfico 5 - Evolução dos acidentes com vítimas em rodovias federais pavimentadas da Região Centro-Oeste (2015 – 2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Notas: ¹Foram considerados apenas “acidentes com vítima”. Isso porque a PRF alterou a forma de contabilizar os acidentes sem vítima ao longo dos anos, não sendo possível a comparação entre períodos. ² “Acidentes com vítima” abrange “acidentes com ferido(s)” e “acidentes com morte(s)”.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes na Região Centro-Oeste foram os da BR-163/MT (920 acidentes), BR-153/GO (906 acidentes) e BR-163/MS (865 acidentes).

Quadro 4 – Rodovias com maior número de acidentes na Região Centro-Oeste por trecho (2024)

BR/UF	Acidentes	Acidentes com vítimas	Proporção de acidentes com vítimas (%)
163/MT	920	709	77%
153/GO	906	746	82%
163/MS	865	677	78%
60/GO	833	659	79%
364/MT	704	545	77%
70/MT	586	471	80%
40/GO	427	339	79%
20/DF	342	264	77%
262/MS	339	267	79%
70/DF	291	249	86%
Demais trechos	2.505	1.997	80%
Total	8.718	6.923	79%

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

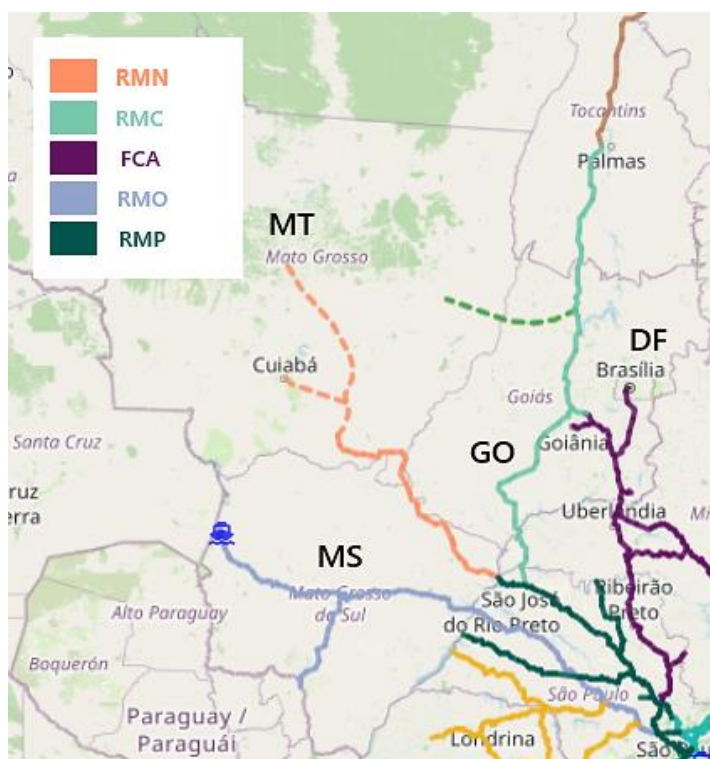
Nota: “Acidentes com vítima” abrange “acidentes com ferido(s)” e “acidentes com morte(s)”.

Em 2024, do total de acidentes registrados nas rodovias federais (em quantidade de registros), cerca de 12% ocorreram na Região Centro-Oeste.

1.4.2 Modal Ferroviário

As principais ferrovias que movimentam carga na Região Centro-Oeste são a Rumo Malha Norte (RMN), a Rumo Malha Central (RMC) e a Rumo Malha Oeste. Em 2024, a Rumo Malha Norte foi a que mais movimentou cargas na região, chegando a representar 63% do total.

Figura 1 - Principais ferrovias da Região Centro-Oeste (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTF.

Quadro 5 - Movimentação de carga ferroviária na Região Centro-Oeste (2024)

Malha Ferroviária da Região Centro-Oeste	Embarque	Desembarque	Volume em toneladas úteis (TUs)
RMN	31.739.291	77	31.739.368
RMC	5.476.413	519.204	5.995.617
RMP	1.214.801	4.711.428	5.926.229
RMO	2.181.946	2.181.946	4.363.892
FCA	2.341.542	185.500	2.527.042
Total Geral	42.953.993	7.598.155	50.552.148

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Nota: O dado de movimentação de carga ferroviária na região leva em consideração a soma do volume carregado e descarregado.

Perfil da carga

Em 2024, a movimentação de mercadorias nas ferrovias da Região Centro-Oeste foi de 50,5 milhões de toneladas úteis (TUs), se considerado o embarque e desembarque. O milho é a carga mais movimentada na região, correspondendo por 24% do total movimentado em 2024.

Quadro 6 - Perfil da carga ferroviária movimentada na Região Centro-Oeste (2024)

Perfil da carga	Embarque (TUs)	Desembarque (TUs)	Proporção (%)
Milho	12.223.045	-	24%
Soja	11.711.972	-	23%
Farelo de Soja	7.122.604	-	14%
Minério de Ferro	2.181.946	2.181.946	9%
Celulose	3.422.748	-	7%
Outros	6.291.678	5.416.209	23%
Total geral	42.953.993	7.598.155	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Em 2024, a Região Centro-Oeste foi responsável por cerca de 8% do total de cargas ferroviárias embarcadas no país.

1.4.3 Modal Aquaviário

A Região Centro-Oeste conta com um total de 5 terminais de uso privativo (TUPs), todos voltados para a movimentação de granel sólido e a maior parte localizado no Rio Paraguai. Em 2024, foram movimentadas cerca de 4,2 milhões de toneladas de cargas nos terminais de uso privativo (TUPs) da Região Centro-Oeste.

Quadro 7 - Movimentação nos TUPs da Região Centro-Oeste (2024)

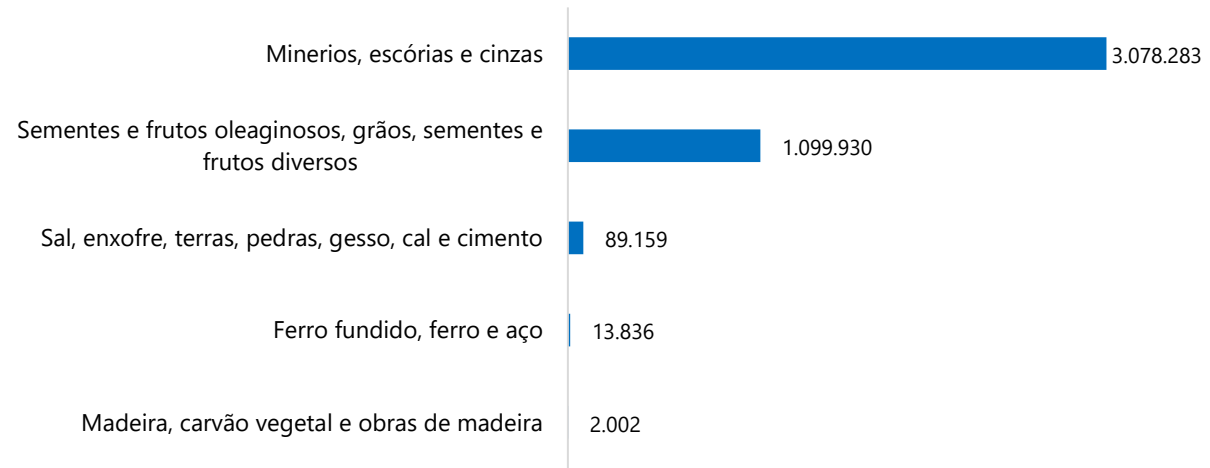
Terminais Autorizados	Volume (toneladas)
Porto Gregório Curvo	2.381.083
LDC São Simão	967.956
TUP Vetorial Logística	450.740
Granel Química Ladário	351.458
Itahum Terminal	131.974
Total	4.283.211

Fonte: Elaboração própria com dados da Antaq.

Perfil de carga movimentada nos TUPs

Em relação ao perfil da carga movimentada nesse mesmo período (2024), a totalidade foi de granel sólido. Ao segregar essa carga por grupo de mercadoria, verifica-se que a maior parte da movimentação foi de minério.

Gráfico 6 – Grupo de mercadoria movimentada nos TUPs da Região Centro-Oeste (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da Antaq.

O trecho de 600km da Hidrovia do Rio Paraguai, entre Corumbá (MS) e a Foz do Rio Apa (MS), será a primeira concessão hidroviária.

1.4.4 Modal Aéreo

Os aeroportos que movimentaram mais passageiros e cargas na Região Centro-Oeste, em 2024, foram os de Brasília (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), de Goiânia (Aeroporto de Goiânia - GYN) e de Cuiabá (Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon).

Dada a vocação do modal aéreo para o transporte de passageiros, o mapa abaixo sintetiza os aeroportos da região que apresentaram maior movimentação em 2024.

Figura 2 - Principais aeroportos em movimentação de passageiros da Região Centro-Oeste (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Tendo em vista os embarques e desembarques realizados nos aeroportos da Região Centro-Oeste, foram contabilizados 23 milhões de passageiros pagos (domésticos e internacionais), em 2024, sendo que os aeroportos de Brasília, Goiânia e Cuiabá foram os que apresentaram a maior movimentação nesse período. Na região, a movimentação de passageiros domésticos representou 97% da movimentação total no último ano.

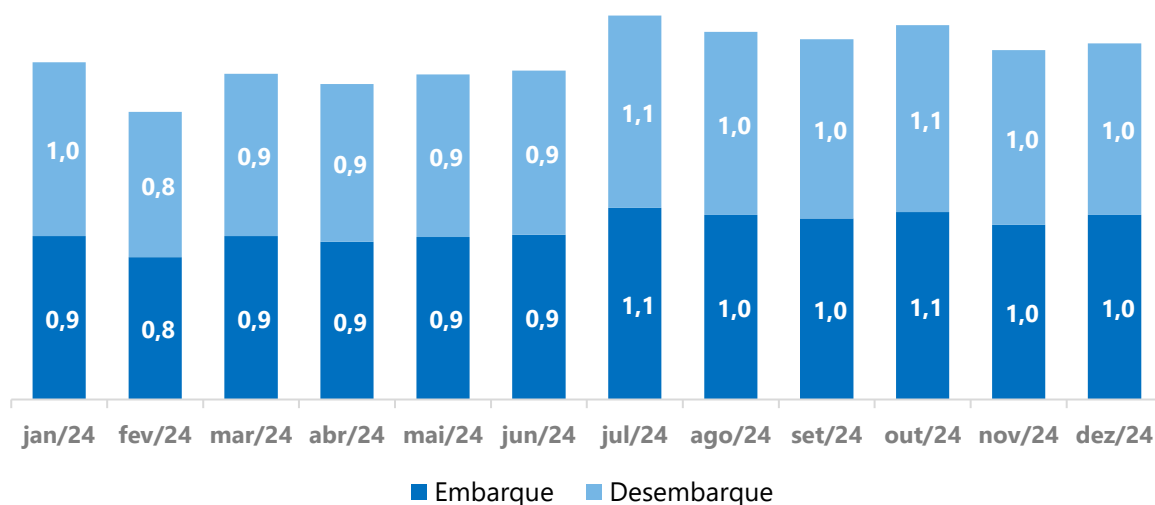
Quadro 8 - Dez principais aeroportos em movimentação de passageiros na Região Centro-Oeste (2024)

Aeroporto	Passageiros pagos
Aeroporto de Brasília (SBBR)	14.856.983
Aeroporto de Goiânia (SBGO)	3.460.338
Aeroporto de Cuiabá (SBCY)	2.673.438
Aeroporto de Campo Grande (SBCG)	1.500.070
Aeroporto de Sinop (SBSI)	398.673
Aeroporto de Caldas Novas (SBCN)	60.616
Aeroporto de Rio Verde (SWLC)	55.097
Aeroporto de Bonito (SBDB)	24.198
Aeroporto de Alta Floresta (SBAT)	21.509
Aeroporto de Sorriso (SBSO)	42.342

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Nota: A movimentação apresentada considera a soma do embarque com desembarque e de voos de natureza doméstica e internacional.

Gráfico 7 - Movimentação mensal de passageiros pagos nos aeroportos da Região Centro-Oeste em milhões (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Nota: Dados contemplam passageiros de natureza doméstica e internacional.

Em 2024, o transporte de passageiros no mercado doméstico brasileiro foi de 93,5 milhões e 12% destes tiveram origem em aeroportos da Região Centro-Oeste.

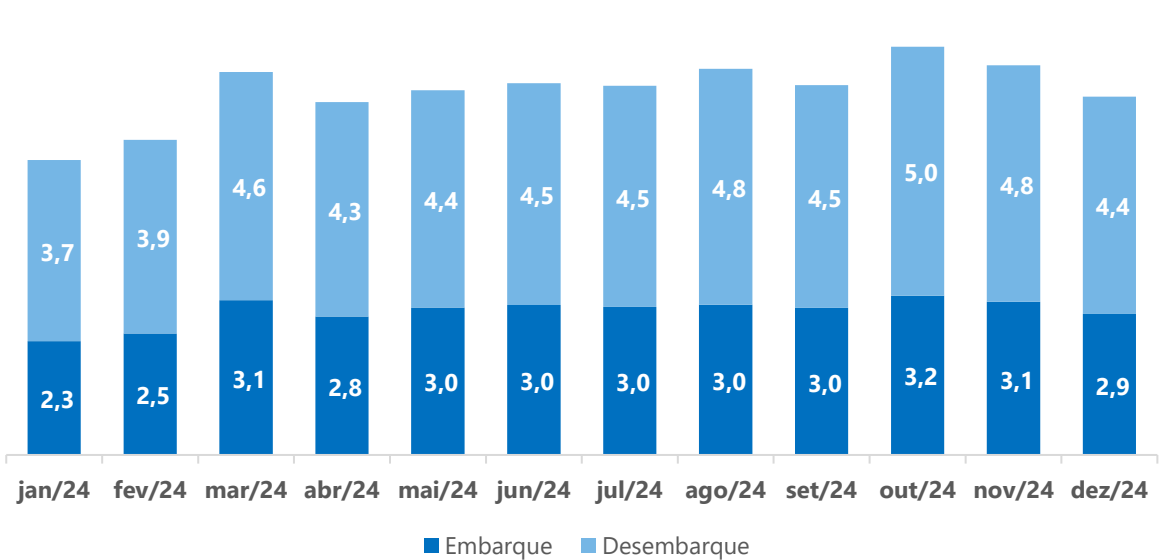
O total de carga embarcada e desembarcada nos aeroportos da Região Centro-Oeste atingiu 88 toneladas, em 2024, e os aeroportos de maior movimentação de cargas foram os de Brasília, Goiânia e Cuiabá. A carga doméstica respondeu por 97% do total de cargas movimentadas na região no período.

Quadro 9 - Dez principais aeroportos em movimentação de carga na Região Centro-Oeste (2024)

Aeroporto	Carga paga (Kg)
Aeroporto de Brasília (SBBR)	61.234.573
Aeroporto de Goiânia (SBGO)	11.687.013
Aeroporto de Cuiabá (SBCY)	10.224.212
Aeroporto de Campo Grande (SBCG)	3.586.465
Aeroporto de Sinop (SBSI)	589.779
Aeroporto de Sorriso (SBSO)	236.128
Aeroporto de Rondonópolis (SBRD)	167.038
Aeroporto de Rio Verde (SWLC)	103.872
Aeroporto de Corumbá (SBCR)	88.359
Aeroporto de Três Lagoas (SBTG)	75.146

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC

Gráfico 8 - Movimentação mensal de cargas nos aeroportos da Região Centro-Oeste em toneladas (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Nota: Dados contemplam cargas de natureza doméstica e internacional.

1.5 Energia

1.5.1 Energia Elétrica

Geração de energia elétrica

Em 2024, a geração de energia elétrica nos estados que compõem a Região Centro-Oeste registrou 105.834 MW médios. Nesse mesmo período, a fonte que apresentou a maior participação na geração de energia foi a hidráulica, representando 90,9% do total gerado.

Quadro 10 - Geração de energia elétrica por fonte na Região Centro-Oeste (2024)

Fonte	MW médio	Participação (%)
Hidráulica	96.222	90,9%
Térmica	9.605	9,1%
Fotovoltaica	7	0,007%
Total	105.834	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A geração de energia por fonte eólica representou menos de 1% do total em 2023.

O Brasil gerou 864.390 MW médios de energia, em 2024, sendo a Região Centro-Oeste responsável por aproximadamente 12% do total.

Expansão da capacidade de geração de energia elétrica

De acordo com as estimativas conservadoras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Região Centro-Oeste deve aumentar a capacidade total de geração de energia elétrica, 2,16% ao ano, no período entre 2025 e 2030. Por sua vez, as estimativas otimistas da agência reguladora apontam uma taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica em 7,55% ao ano nesse mesmo período.

Quadro 11 - Previsão para entrada em operação na Região Centro-Oeste em MW (2025-2030)

Fontes Alternativas - Eólica, Biomassa e Fotovoltaica						
Cenário	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Conservador	695,9	801,2	39,3	-	-	501,3
Otimista	695,9	1.220,0	465,0	300,0	254,7	4.857,6
Usinas Termelétricas - Combustíveis Fósseis						
Cenário	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Conservador	-	-	-	-	-	-
Otimista	-	-	-	-	-	-
Total Fontes Alternativas e Fósseis						
Cenário	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Conservador	695,9	801,2	39,3	-	-	501,3
Otimista	695,9	1.220,0	465,0	300,0	254,7	4.857,6

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE e Aneel.

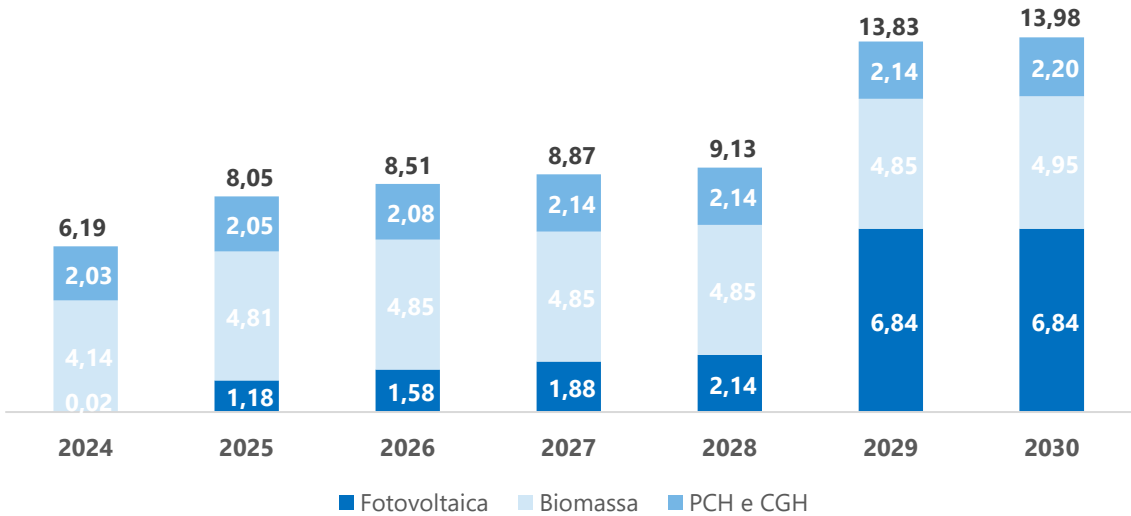
Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*A previsão para 2025 equivale àquela definida em 31/12/2024 para os doze meses subsequentes

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 61% da capacidade instalada no Centro-Oeste. Na região, a geração por fonte fotovoltaica é a que apresenta a maior previsão de crescimento ao longo de 2025 e 2030.

Gráfico 9 - Previsão da capacidade instalada ao final de cada ano para fontes (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

Nota: Em 2023, capacidade instalada em 31/12/2023.

Em 2024, a capacidade instalada das fontes alternativas na Região Centro-Oeste representou cerca de 2 GW ou 3% do total nacional.

Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. A potência instalada em geração distribuída na Região Centro-Oeste, em 2024, foi de 6.060 MW.

Em 2024, entraram em operação 1.940 MW de potência instalada em geração distribuída na Região Centro-Oeste, sendo 1.910 MW se desconsideradas as classes "Iluminação Pública", "Poder Público" e "Serviço Público". O setor industrial representou 14% do acréscimo total de potência instalada nesse ano.

Quadro 12 - Acréscimo de potência instalada em geração distribuída na Região Centro-Oeste em MW (2024)

Classe	Potência (MW)	Participação (%)
Residencial	987	51%
Rural	197	10%
Comercial	460	24%
Industrial	267	14%
Poder público, serviço público e iluminação pública	30	2%
Total	1.940	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

Nota: As classes "Poder Público", "Serviço Público" e "Iluminação Pública" representaram menos de 3% do total de acréscimo de potência instalada em geração distribuída na região.

Em 2024, a Região Centro-Oeste respondeu por cerca de 19% do acréscimo de potência instalada em geração distribuída no país.

Distribuição de Energia

Com a finalidade de analisar a qualidade do fornecimento de energia elétrica pelas diferentes distribuidoras que operam no Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) monitora indicadores de prestação desse serviço.

Dentre os indicadores monitorados pela agência destaca-se o de Desempenho Global de Continuidade (DGC)⁴. Esse indicador busca garantir a manutenção de um padrão de continuidade no fornecimento de energia, por meio da avaliação conjunta das estatísticas relacionadas à duração de interrupções na distribuição (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC) e à frequência de interrupções (Frequência Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora – FEC).

Ao ranquear as distribuidoras utilizando o Desempenho Global de Continuidade (DGC), a Aneel visa incentivar a melhoria contínua da qualidade do serviço, impondo regras para que as concessionárias compensem os consumidores nos casos em que extrapolarem os limites individuais de duração e frequência de interrupções estabelecidos pela agência.

No caso do Centro-Oeste, a região conta com um total de 5 distribuidoras no fornecimento de energia elétrica. Considerando aquelas que apresentam mais de 400 mil unidades consumidoras, o ranking elaborado pela Aneel mostra que, em 2024, a Energisa Mato Grosso (EMT) foi a que apresentou o melhor valor do indicador DGC. Nesse mesmo recorte, a distribuidora que apresentou a pior posição no ranking, entre as empresas que atuam na Região Centro-Oeste, foi a Equatorial Goiás (Equatorial GO).

⁴ O Desempenho Global de Continuidade (DGC) é formado a partir da comparação dos valores apurados de DEC e FEC das concessionárias em relação aos limites estabelecidos pela Aneel para esses indicadores. É especialmente relevante para as indústrias de demandam energia de menor tensão e que permanecem no mercado cativo.

Quadro 13 - Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica (2024)

Posição	Sigla	Empresa	Região	DGC
1º	CPFL SANTA CRUZ	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	SE	0,58
2º	EPB	ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,62
2º	ERO	ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NO	0,62
4º	NEOENERGIA COSERN	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	NE	0,63
5º	ESS	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE	0,64
6º	CPFL PAULISTA	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	SE	0,67
6º	EDP ES	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	SE	0,67
6º	EQUATORIAL PA	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	NO	0,67
6º	ETO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	NO	0,67
10º	EMT	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	CO	0,68
11º	CPFL PIRATININGA	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SE	0,69
11º	EMR	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE	0,69
13º	NEOENERGIA COELBA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	NE	0,71
14º	NEOENERGIA ELEKTRO	ELEKTRO REDES S.A.	SE	0,72
15º	EDP SP	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	SE	0,74
15º	EMS	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	CO	0,74
15º	RGE	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SU	0,74
18º	ESE	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,75
18º	NEOENERGIA BRASÍLIA	NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.	CO	0,75
20º	NEOENERGIA PERNAMBUCO	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	NE	0,77
21º	ENEL SP	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	SE	0,8
21º	EQUATORIAL PI	EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,8
21º	LIGHT SESA	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	SE	0,8
24º	ENEL CE	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARÁ	NE	0,82
24º	EQUATORIAL MA	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE	0,82
26º	CELESC	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	SU	0,85
27º	ENEL RJ	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	SE	0,86
28º	CEMIG	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	SE	0,91
29º	COPEL	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	SU	0,92
30º	EQUATORIAL GO	EQUATORIAL GOIÁS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	CO	1,19
31º	CEEE	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	SU	1,76

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

Consumo de Energia Elétrica

Em 2024, o consumo de energia elétrica nos mercados livre e cativo na Região Centro-Oeste atingiu 45 mil GWh. Nesse mesmo período, o consumo industrial de energia elétrica foi de 11,5 mil GWh e representou 25% do total da energia elétrica consumida no ano.

Quadro 14 - Consumo de energia elétrica por classe na Região Centro-Oeste (2024)

Classe	Consumo (GWh)	Participação (%)
Industrial	11.502	25%
Residencial	16.475	36%
Comercial	8.062	18%
Outras	9.184	20%
Total	45.223	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Dentro do consumo industrial de energia, o setor que apresentou a maior parcela de consumo no Centro-Oeste foi o de produtos alimentícios, com 38% do total.

Quadro 15 - Consumo de energia elétrica por setor na Região Centro-Oeste (2024)

Setor	Consumo (GWh)	Participação (%)
Produtos alimentícios	4.427	38%
Metalúrgico	2.039	18%
Outros	1.814	16%
Produtos minerais não-metálicos	1.153	10%
Extração minerais metálicos	833	7%
Papel e celulose	333	3%
Borracha e material plástico	326	3%
Químico	189	2%
Têxtil	183	2%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	137	1%
Automotivo	70	1%
Total	11.502	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Anuário EPE 2023.

No último ano, o consumo industrial de energia elétrica da Região Centro-Oeste representou cerca de 6% do nacional.

Hidrogênio Renovável

Diante da ampliação dos problemas ambientais decorrentes da emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre, o hidrogênio tem se consolidado como uma das principais fontes alternativas a serem utilizadas nos processos que envolvem a utilização de combustíveis fósseis.

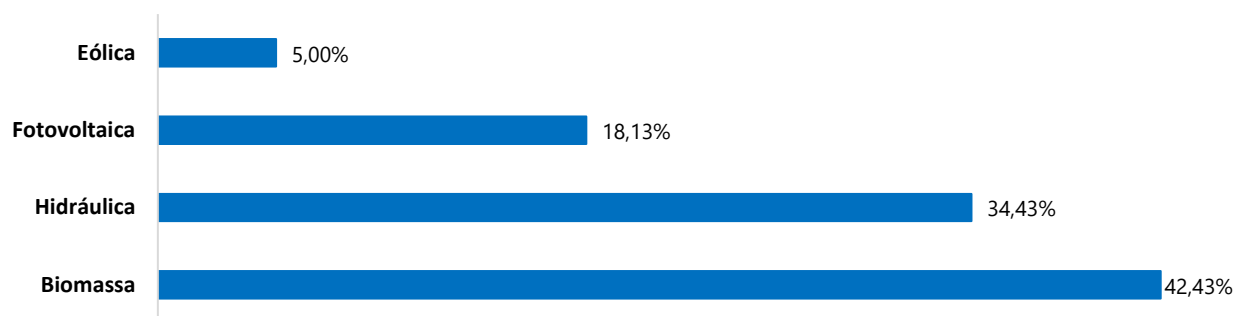
Dentre as fontes renováveis de matéria-prima que fornecem átomos de hidrogênio, temos como exemplos principais a água (H_2O), a biomassa e os bicomcombustíveis (líquidos e gasosos). No caso do hidrogênio verde (H_2V), sua produção é feita a partir da eletrólise da água, que é um processo caracterizado pela utilização da corrente elétrica para realizar a separação entre o hidrogênio e o oxigênio que compõem a molécula de água. Como esse método demanda alta quantidade de energia elétrica, é essencial que a fonte utilizada em sua produção seja limpa e renovável, tal como a solar, eólica ou hídrica.

De acordo com levantamento feito pela EPE, a Região Centro-Oeste tem um potencial total para produzir cerca 1,7 milhões de toneladas de hidrogênio ao ano.

O potencial de produção de hidrogênio renovável no Brasil equivale a 19,5 milhões de toneladas no ano e o Centro-Oeste seria responsável por aproximadamente 9% dessa produção total.

Em termos de potencial técnico por fonte *onshore* de toneladas de hidrogênio ao ano (tH_2 /ano), a principal fonte a ser utilizada para a produção do hidrogênio renovável na região seria a biomassa, chegando a representar cerca de 42,43% do total, seguida pela hidráulica (34,43%), fotovoltaica (18,13%) e eólica (5%).

Gráfico 10 - Potencial técnico de produção de hidrogênio por fonte *onshore* na Região Centro-Oeste (tH₂/ano)



Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Os projetos com potencial de produção de hidrogênio renovável na Região Centro-Oeste estão localizados nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

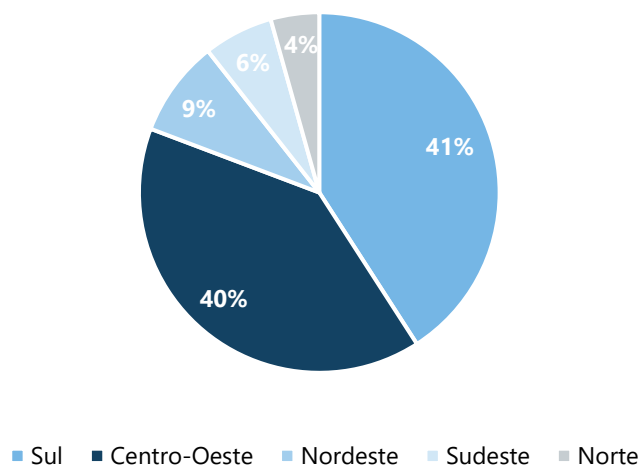
1.5.2 Biocombustíveis

Produção de Biodiesel

Embora a Região Centro-Oeste não tenha participação na produção de petróleo e gás natural no país, a localidade possui papel de destaque na produção de biocombustíveis. Os dois principais biocombustíveis utilizados no país são o etanol obtido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais, o qual é posteriormente adicionado ao diesel de petróleo.

No caso do biodiesel, em 2024, o Centro-Oeste foi responsável pela produção de 3,6 milhões de m³ desse biocombustível, o que representou uma participação de cerca de 40% do total da produção do país nesse ano. A região ficou atrás apenas do Sul, que concentrou 41% da produção brasileira em 2024.

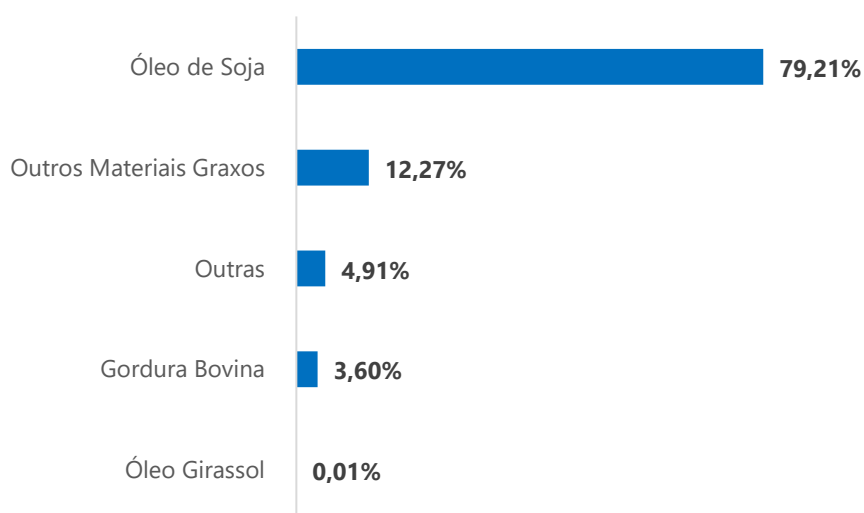
Gráfico 11 – Participação na produção de biodiesel (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Em relação à matéria prima utilizada para a produção de biodiesel na Região Centro-Oeste, em 2024, quase 80% do insumo utilizado para a produção do biocombustível foi o óleo de soja e, em segundo lugar, outros materiais graxos (12%).

Gráfico 12 – Matéria prima utilizada na produção de biodiesel no Centro-Oeste (2024)

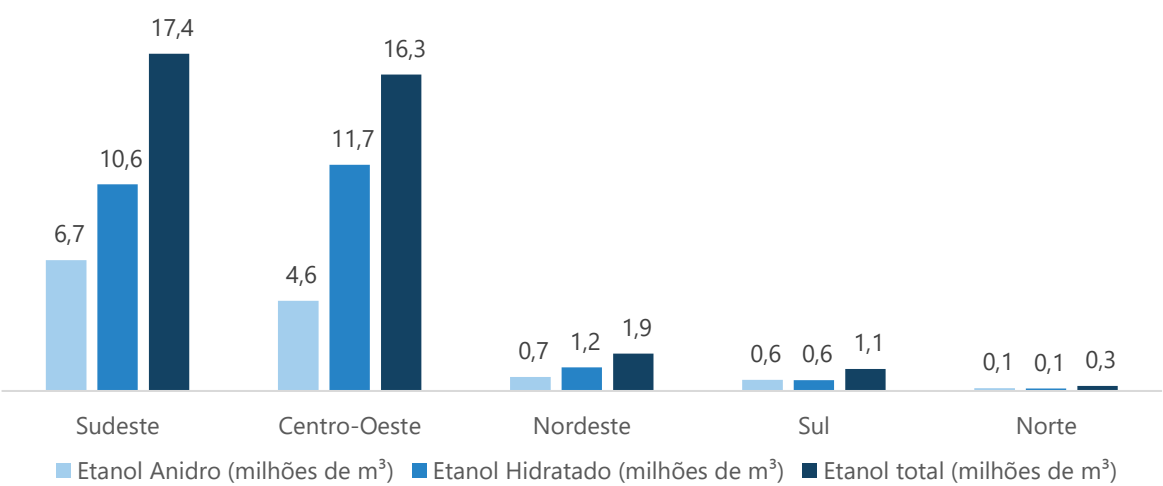


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção de Etanol

Em relação à produção de etanol, em 2024, o Centro-Oeste respondeu por 44% do volume total produzido no país, levando em conta o etanol hidratado e o etanol anidro. Se considerado apenas o etanol hidratado, a localidade ficou na liderança da produção nesse mesmo ano, com uma participação de 48% do total.

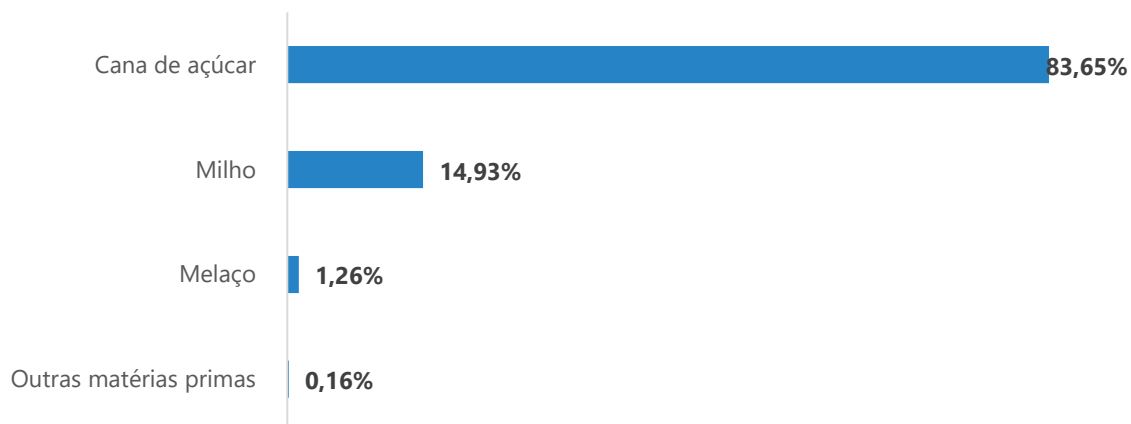
Gráfico 13 – Produção de etanol por região e por tipo (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Quanto à matéria-prima utilizada para a produção desse biocombustível na região, em 2024, as principais foram a cana de açúcar (84%) e o milho (15%).

Gráfico 14 – Matéria prima utilizada na produção de etanol no Centro-Oeste (2024)



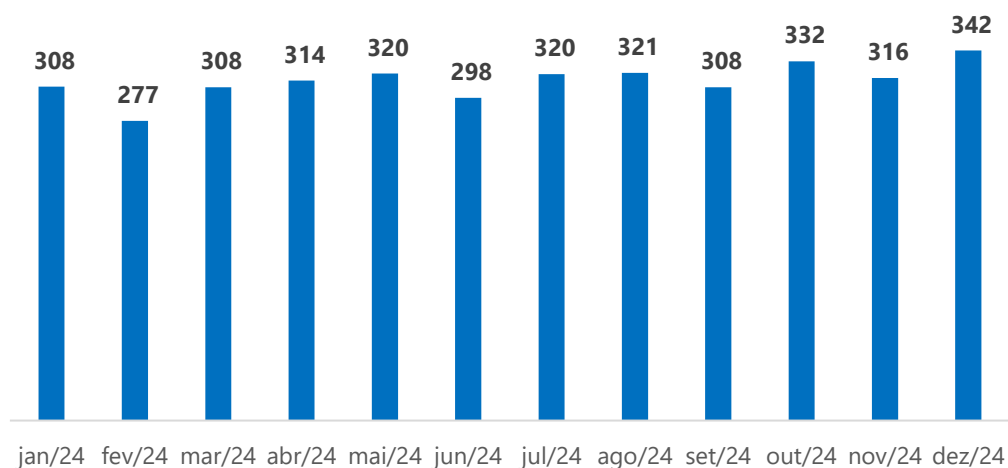
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Em 2024, a Região-Oeste representou 40% da produção nacional de biodiesel e 44% do total produzido de etanol no país.

Vendas de Combustíveis

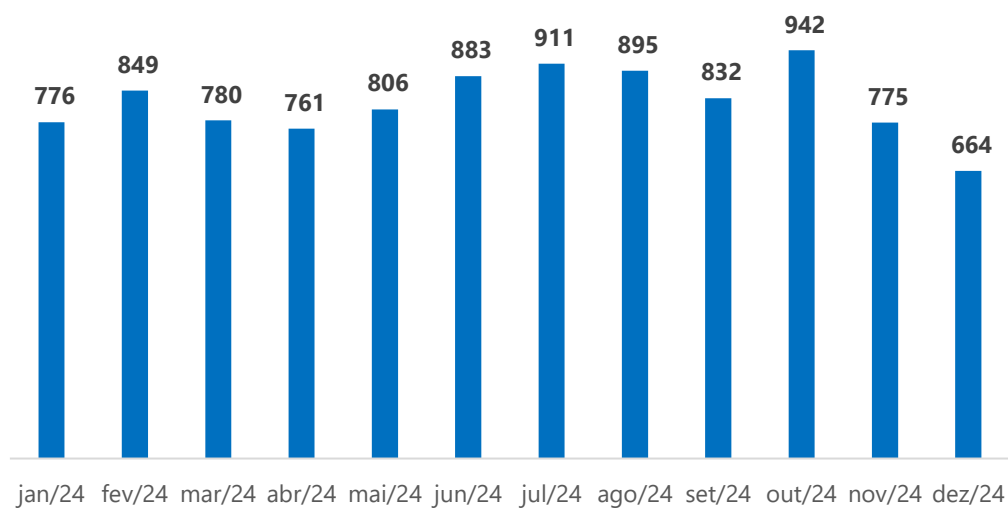
Em relação à comercialização de combustíveis, os dados da ANP mostram que a Região Centro-Oeste comercializou, em 2024, 3,8 milhões de m³ de gasolina comum, 9,9 milhões de m³ de óleo diesel e aproximadamente 3,6 milhão de m³ de etanol hidratado.

Gráfico 15 - Vendas de gasolina comum na Região Centro-Oeste em mil m³ (2027)



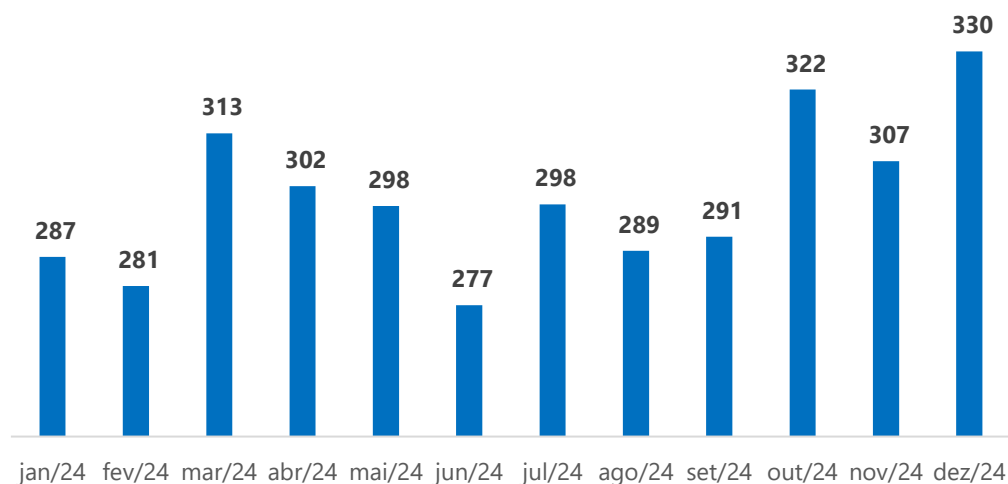
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 16 - Vendas de óleo diesel na Região Centro-Oeste em mil m³ (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 17 - Vendas etanol hidratado na Região Centro-Oeste em mil m³ (2024)



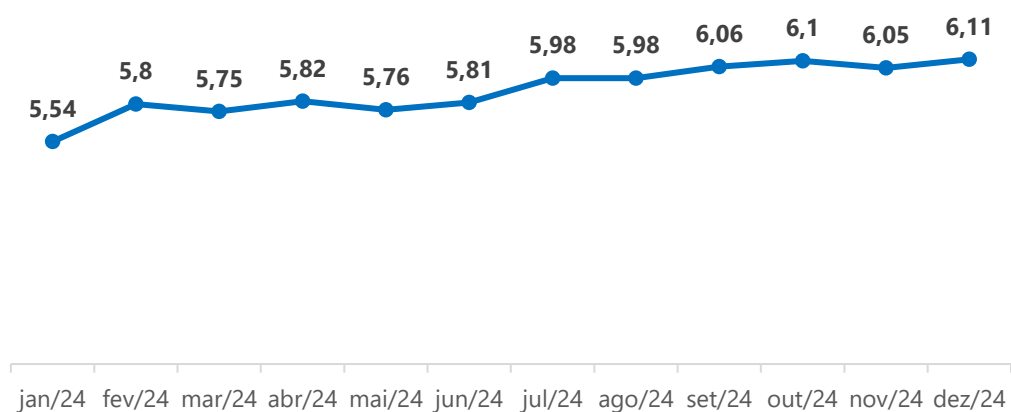
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

As vendas de gasolina comum no Centro-Oeste representaram, no último ano, 8% das vendas nacionais, enquanto o óleo diesel e etanol hidratado representaram, respectivamente, 15% e 17%.

Preço ao Consumidor

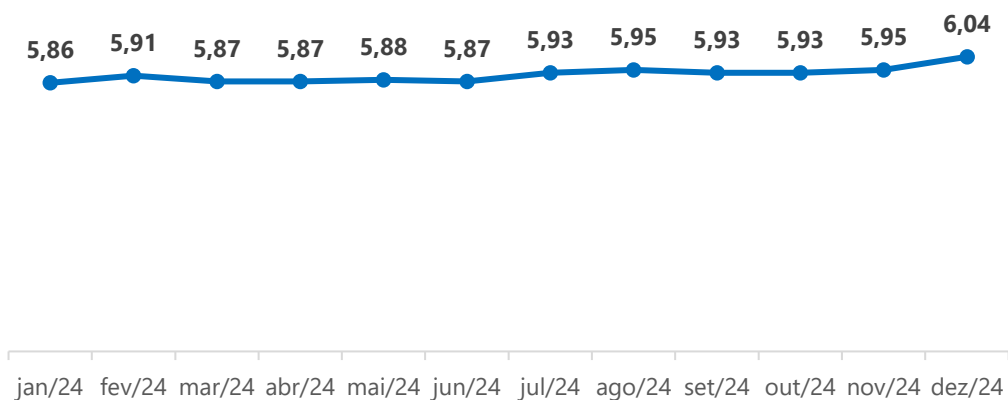
De acordo com as informações divulgadas pela ANP sobre o preço médio de revenda de combustíveis nas diferentes regiões brasileiras, em 2024, o valor cobrado pela gasolina comum na Região Centro-Oeste foi de aproximadamente R\$ 5,93. Por sua vez, o preço médio do óleo diesel na região foi de R\$ 5,92, e de R\$ 3,86 para o etanol hidratado.

Gráfico 18 - Preço médio ao consumidor da gasolina comum na Região Centro-Oeste em R\$/L (2024)



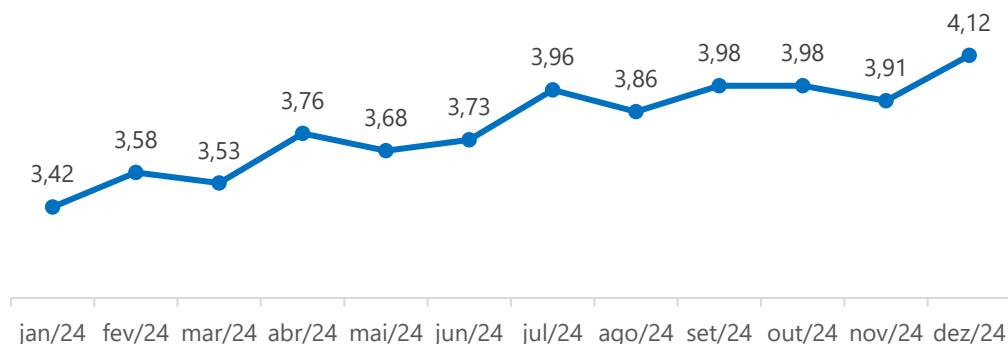
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 19 - Preço médio ao consumidor do óleo diesel na Região Centro-Oeste em R\$/L (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 20 - Preço médio ao consumidor do etanol hidratado na Região Centro-Oeste em R\$/L (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço médio do óleo diesel no Centro-Oeste ficou, em 2024, 0,1% abaixo da média nacional. Já a gasolina comum e o etanol hidratado ficaram, 1% e 2% abaixo da média nacional, respectivamente.

1.6 Saneamento Básico

Atendimento de Água

Com base nos dados mais recentes divulgados pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), em 2024, referentes a 2023, 88% da população total da Região Centro-Oeste é atendida com rede de abastecimento de água. Dos estados que compõem a região, o Distrito Federal é o que possui o maior índice de atendimento de sua população (97%).

Gráfico 21 – Atendimento da população com rede de abastecimento de água na Região Centro-Oeste (2023)



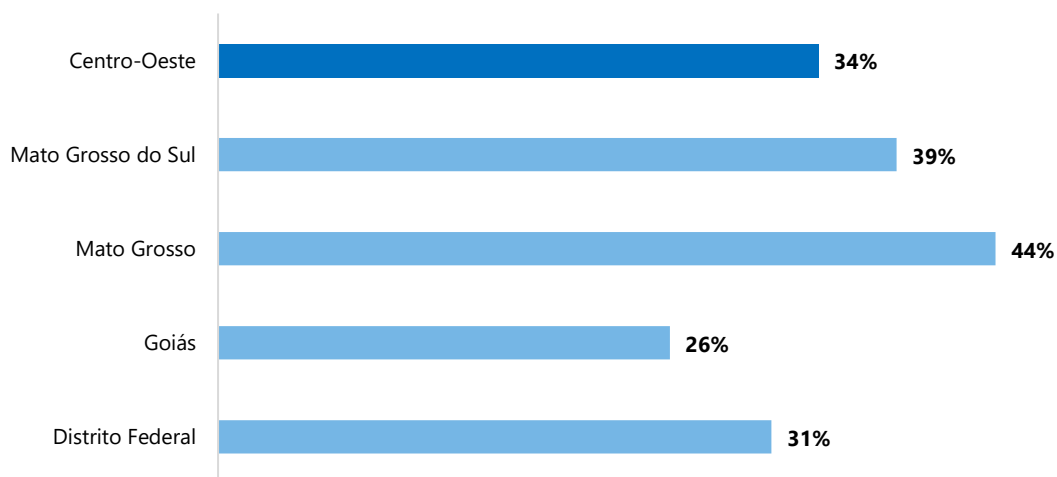
Fonte: Elaboração própria com dados do SINISA 2024.

Em 2023, o atendimento da população total com rede de abastecimento de água no Brasil foi de 83% e na Região Centro-Oeste esse índice ficou em 88%.

Perdas na Distribuição de Água

Os dados referentes a perdas na distribuição de água apontam para um índice de 34% na Região Centro-Oeste, em 2023. Com exceção do Estado do Mato Grosso, que possui índice de 44% de perdas, os demais estados encontram-se abaixo da média nacional (40%). Esse percentual representa a parcela do volume de água disponibilizado que não foi utilizado pelos consumidores, seja por vazamentos, falhas nos sistemas de medição ou ligações clandestinas.

Gráfico 22 – Perdas totais de água na distribuição na Região Centro-Oeste (2023)



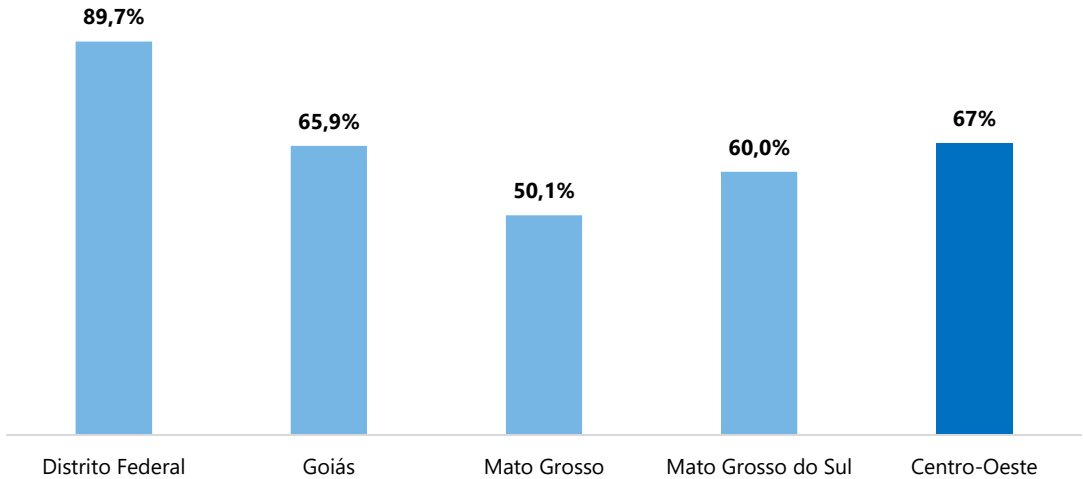
Fonte: Elaboração própria com dados do SINISA.

O índice de perdas na distribuição de água no Brasil, em 2023, foi de 40%. Na Região Centro-Oeste, esse índice foi de 34%.

Atendimento de Esgoto

As redes de esgoto atendem a 60% da população total do Brasil. A Região Centro-Oeste possui índice de atendimento de 67% da população atendida com esgotamento sanitário. O indicador de esgotamento sanitário é referente aos serviços que utilizam rede pública. O Distrito Federal é o que apresenta a maior cobertura, com índice de cerca de 90%.

Gráfico 23 - Índice de atendimento total de esgoto na Região Centro-Oeste (2023)



Fonte: Elaboração própria com dados do SINISA.

O atendimento da população total com rede coletora de esgoto no Brasil é de 60% e na Região Centro-Oeste é de cerca de 67%.

1.7 Telecomunicações

Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel

Foram realizados 20 milhões de acessos de telefonia móvel, em dezembro de 2024, na Região Centro-Oeste. Desses acessos, 7% ocorreram por tecnologia 2G, 7% por 3G, 71% por 4G e 15% por tecnologia 5G.

Quadro 16 - Evolução do número de acessos de telefonia móvel por tecnologia na Região Centro-Oeste (Dez/2024)

Tecnologia	Acessos (milhões)	Participação (%)
2G	1,35	7%
3G	1	5%
4G	14,26	70%
5G	4	18%
Total	20,31	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

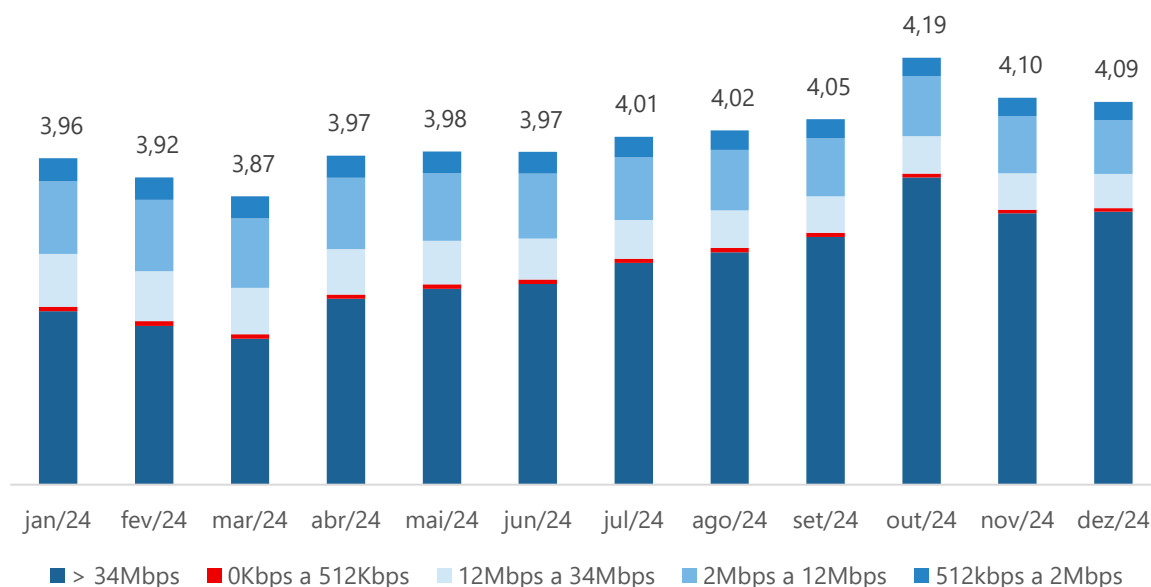
O número de acessos móveis por tecnologia 5G na região representou, em dezembro de 2024, 9% do total de acessos por essa tecnologia no país.

Acessos em Internet Fixa

Em 2024, foram efetuados uma média de 4,01 milhões de acessos mensais em internet fixa na Região Centro-Oeste. Do total de acessos, 92% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps.

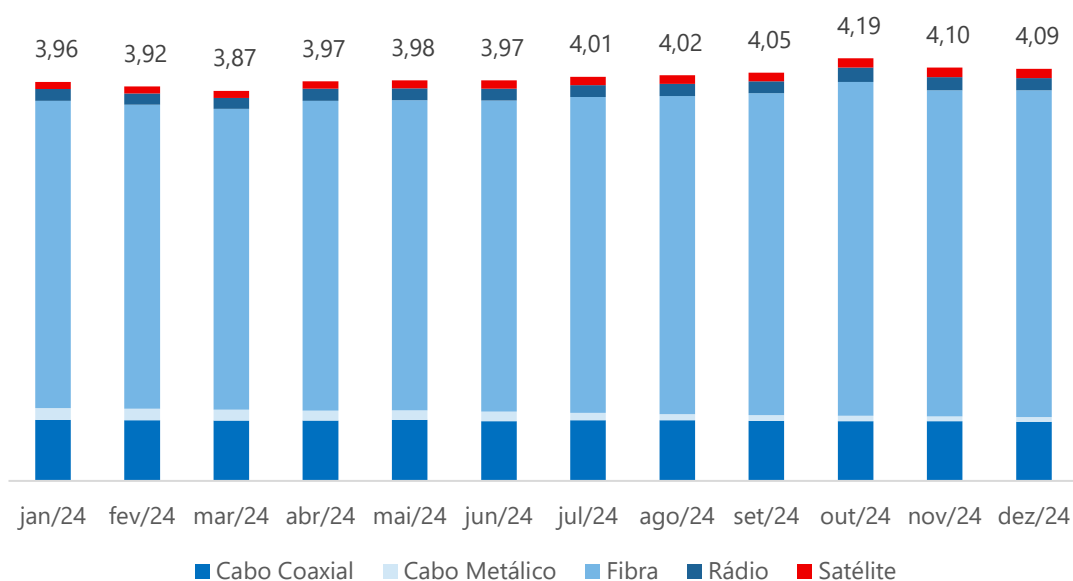
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra ótica, sendo essa a tecnologia com maior número de acessos na Região Centro-Oeste, abrangendo 78% do mercado.

Gráfico 24 - Evolução dos acessos por faixa de velocidade na Região Centro-Oeste em milhões (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 25 - Evolução dos acessos por tecnologia na Região Centro-Oeste em milhões (2024)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Em 2024, a média de acessos mensal em internet fixa na Região Centro-Oeste representou cerca de 8% do total do país.

2 COMO OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS AVALIAM A INFRAESTRUTURA DA REGIÃO CENTRO-OESTE?

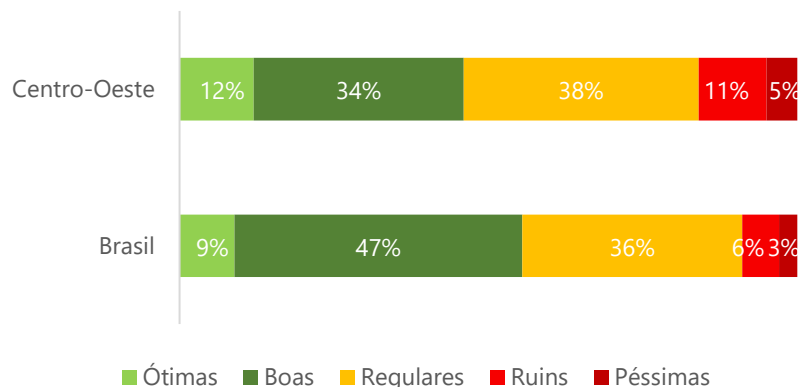
Em 2022, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou levantamento, em parceria com a FSB Pesquisas, para obter um diagnóstico das condições da infraestrutura nas diferentes regiões brasileiras. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas telefônicas com 2.500 executivos de grandes e médias indústrias, sendo 500 em cada região. O levantamento foi realizado entre 23 de junho e 9 de agosto de 2022 e a construção da amostra levou em consideração o porte das empresas e o setor de atividade de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômica (CNAE) representado pelos executivos.

A margem de erro no total da amostra foi de dois pontos percentuais, considerando um intervalo de confiança de 95%. Além disso, foi aplicado um fator de ponderação para corrigir eventuais distorções em relação ao plano amostral.

A seguir, foi realizado um recorte, levando em consideração as informações disponibilizadas para a Região Centro-Oeste e para o Brasil.

Avaliação da Infraestrutura em Geral

Gráfico 26 - Como o empresário industrial avalia as condições da infraestrutura na Região Centro-Oeste?



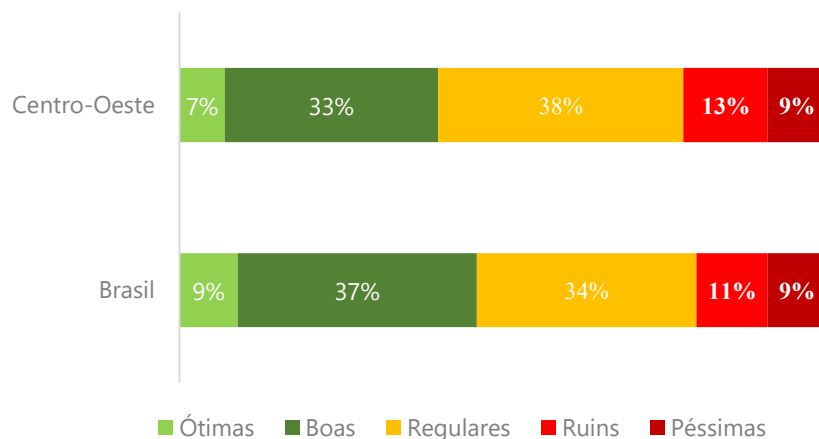
Ao todo, 54% dos empresários industriais consideram as condições de infraestrutura como regular, ruim ou péssima na Região Centro-Oeste. No Brasil, esse patamar é de 45%.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Avaliação do Transporte Rodoviário

Gráfico 27 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte rodoviário na Região Centro-Oeste?



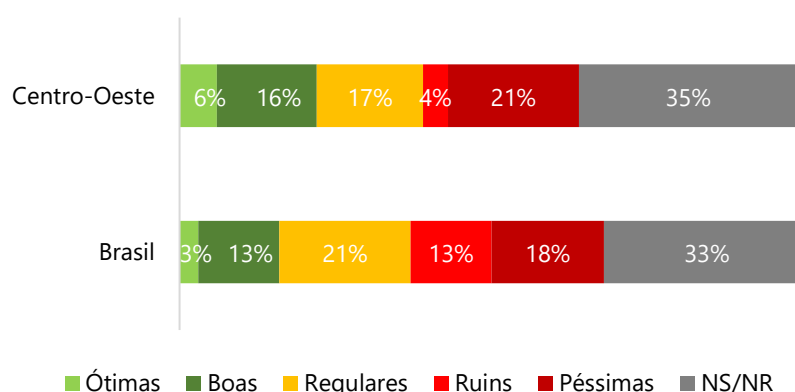
No Brasil, 54% dos empresários industriais apontam a infraestrutura rodoviária como regular, ruim ou péssima. Na Região Centro-Oeste, a situação relatada é pior (60%).

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Avaliação do Transporte Ferroviário

Gráfico 28 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte ferroviário na Região Centro-Oeste?



Cerca de 42% dos empresários industriais consideram a infraestrutura ferroviária como regular, ruim ou péssima na Região Centro-Oeste. No Brasil, essa participação equivale a 52%.

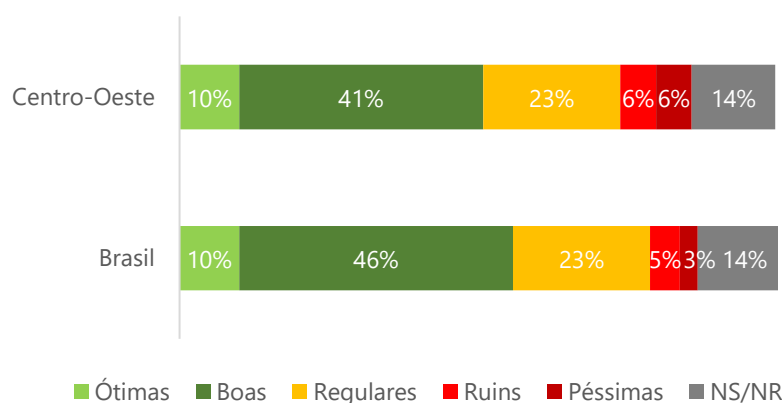
Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Avaliação do Transporte Aéreo

Gráfico 29 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de transporte aéreo na Região Centro-Oeste?



Na Região Centro-Oeste, 35% dos empresários industriais dizem que a infraestrutura aeroportuária é regular, ruim ou péssima. Já no Brasil, esse percentual atinge 31% dos entrevistados.

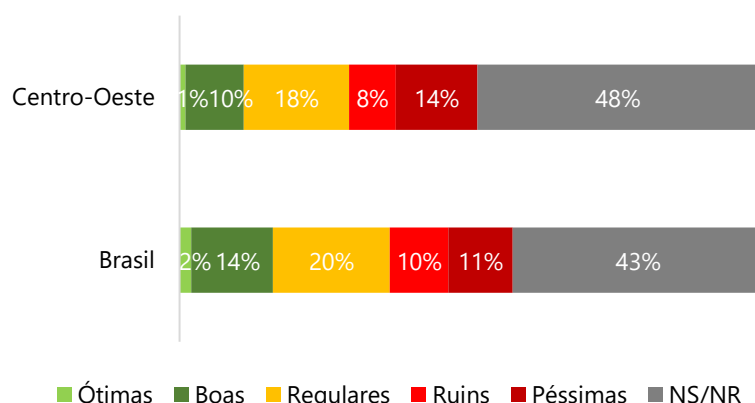
Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Avaliação do Transporte Hidroviário

Gráfico 30 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura hidroviária na Região Centro-Oeste?



Na Região Centro-Oeste, 40% dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura hidroviária é regular, ruim ou péssima. Já no Brasil, equivale a 41%.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos de transporte e prioridades de investimento no setor

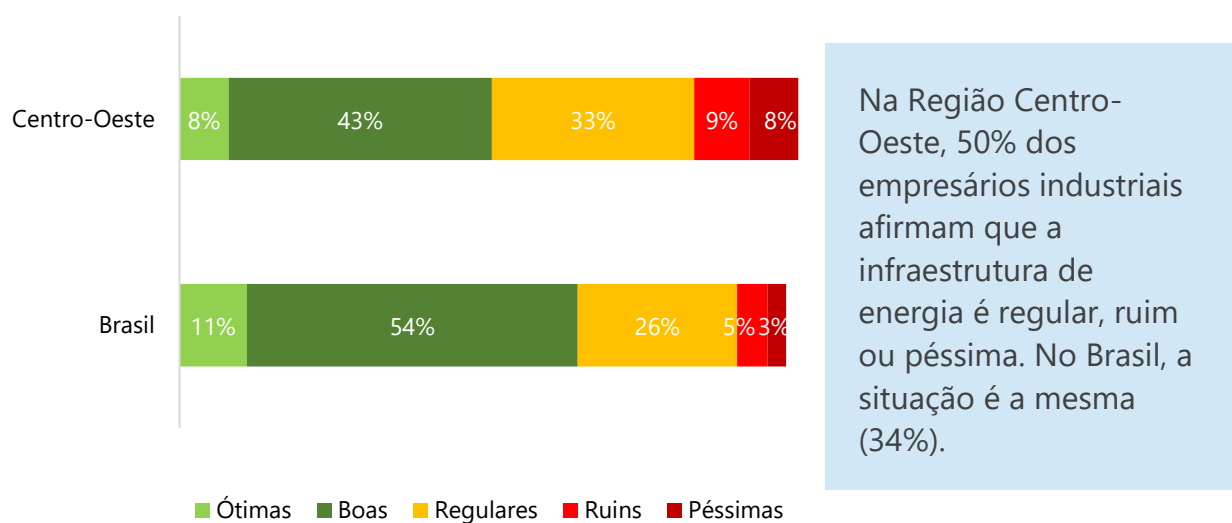
Quadro 17 - Quais os principais gargalos de transporte na Região Centro-Oeste?

Gargalos de transporte
Infraestrutura das rodovias
Infraestrutura dos portos
Custo do combustível
Problemas no transporte aéreo
Investimento em infraestrutura de tecnologia

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Avaliação da Infraestrutura de Energia

Gráfico 31 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de energia na Região Centro-Oeste?



Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Principais gargalos de energia e prioridades de investimento no setor

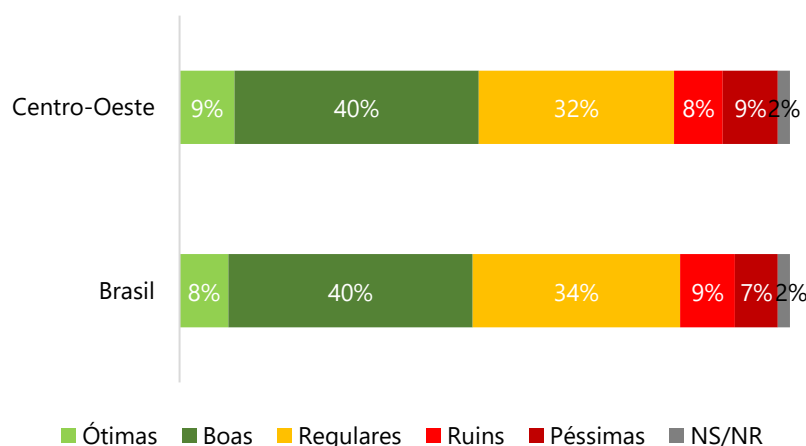
Quadro 18 - Quais os principais gargalos de energia na Região Centro-Oeste?

Gargalos de energia
Transmissão de energia sem qualidade
Alto custo de energia
Expandir as redes de transmissão / Interiorizar a rede
Falta de concorrência no setor

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Avaliação da Infraestrutura de Saneamento Básico

Gráfico 32 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de saneamento básico na Região Centro-Oeste?



Na Região Centro-Oeste, 49% dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura de saneamento é regular, ruim ou péssima. Já no Brasil, equivale a 50%.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos no setor de saneamento básico e prioridades de investimento no setor

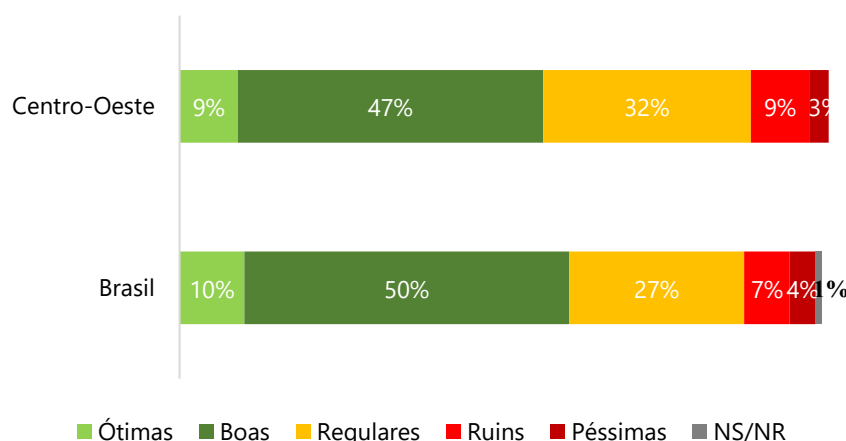
Quadro 19 - Quais os principais gargalos de saneamento básico na Região Centro-Oeste?

Gargalos de saneamento
Falta de saneamento básico em geral
Falta de tratamento de esgoto
Acesso à água potável
Falta de abastecimento de água
Despejo de lixo sem critério
Falta de investimento em escoamento das águas pluviais
Poluição dos rios
Falta de coleta seletiva de lixo

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Avaliação da Infraestrutura de Telecomunicações

Gráfico 33 - Como o empresário industrial avalia a infraestrutura de telecomunicações na Região Centro-Oeste?



Na Região Centro-Oeste, 44% dos empresários industriais afirmam que a infraestrutura de telecomunicações é regular, ruim ou péssima. Já no Brasil, o percentual equivale a 38%.

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

Nota: A soma pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* NS/NR indica que o respondente não soube responder ou não respondeu.

Principais gargalos no setor de telecomunicações e prioridades de investimento no setor

Quadro 20 - Quais os principais gargalos de telecomunicações na Região Centro-Oeste?

Gargalos de telecomunicações
Qualidade do sinal do celular
Velocidade da internet
Falta de investimento em tecnologia
Monopólio das empresas
Disponibilidade da fibra ótica
Telefonia ruim em geral
Preço para o consumidor
Atendimento pelas empresas muito ruim
Infraestrutura na parte de internet
Demora / Falta do 5G

Fonte: Elaboração própria com dados da CNI/FSB Pesquisa (2022).

3 PROPOSTAS PARA AVANÇAR NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

O Brasil tem enormes desafios para reduzir o elevado déficit de infraestrutura. A recuperação dos investimentos depende tanto da agenda de concessões e privatizações, quanto de melhorias e reestruturações no ambiente regulatório e de política pública setorial.

Neste contexto, a CNI elencou uma série de propostas para mitigação dos principais problemas de infraestrutura. A primeira parte contempla propostas em âmbito nacional e a segunda relaciona iniciativas locais mapeadas pelas Federações de Indústria da Região Centro-Oeste.

3.1 Propostas para o Brasil

- **Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico**

O setor elétrico mundial está passando por importantes transformações. Vários países estão promovendo mudanças institucionais e regulatórias para se adaptarem às pressões exercidas por avanços tecnológicos e por fenômenos ambientais. Novas tecnologias na exploração de fontes renováveis, incluindo a geração distribuída, em conjunto com os problemas causados pelo aquecimento global e as restrições ambientais, reforçam a necessidade de mudanças. O aprimoramento do modelo regulatório e comercial do setor elétrico passa por medidas que irão redefinir o ambiente de negócio do setor elétrico, como: i) definição do novo papel das distribuidoras como prestadoras de serviço de fio; ii) introdução de um mercado de capacidade (lastro) separado do mercado de energia; iii) estabelecimento de um novo modelo de formação de preços; iv) desenvolvimento de uma metodologia de alocação de riscos; e v) implementação de novas modalidades de tarifas e formação de preços.

- **Expandir a participação das hidroelétricas**

As usinas hidrelétricas se apresentam como principal instrumento para fornecer serviços ancilares de flexibilidade, armazenamento e segurança energética para o sistema elétrico. É necessário rever a política de expansão das usinas hidroelétricas com reservatórios e implantar regras para mensuração dos serviços ancilares, relativos à flexibilidade, segurança energética e controle secundário de frequência, prestados pelas hidroelétricas.

- **Racionalizar os encargos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica**

Uma questão central que afeta a competitividade do setor produtivo é o peso dos impostos, taxas e encargos sobre a tarifa de energia elétrica. Estes impostos e encargos somados representam mais de 45% do total da tarifa. No caso específico dos encargos setoriais, o montante equivale a 13,7% do custo total das tarifas de energia. Atualmente, existem cerca de 16 encargos setoriais e taxas. É preciso estabelecer uma solução estrutural que discipline os gastos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), impedindo a criação de novos subsídios na conta de energia.

- **Promover a desconcentração da oferta de gás natural**

O elevado grau de concentração na comercialização de gás natural reflete no seu preço ao consumidor final. Dessa forma, a promoção da desconcentração e diversidade da oferta representa condição necessária ao desenvolvimento de um mercado de gás no Brasil. É preciso implementar o programa de desconcentração de oferta de gás natural (*Gas Release*), conforme previsto no Artigo 33 da Lei nº 14.134/21.

- **Promover a harmonização das legislações do setor de gás natural**

Os Decretos 10.712/2021 e 12.153/2024, que regulamentam a Nova Lei do Gás, definiram que o MME e a ANP devem se articular com os Estados visando a harmonização e o aperfeiçoamento das normas atinentes à indústria de gás natural, inclusive em relação à regulação do consumidor livre. É fundamental que seja realizada a harmonização entre Legislação Federal e Legislações Estaduais sobre o gás natural com a implementação do Pacto Nacional para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural.

- **Avançar na regulamentação das atividades de petróleo e gás em terra**

As bacias sedimentares brasileiras em terra possuem elevado potencial, mas são ainda pouco exploradas. A produção de gás em campos *onshore* pode contribuir para a ampliação da disponibilidade do combustível no país. Para tanto, é necessário consolidar e avançar nos temas pautados no Programa para Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) e a regulamentação do Programa para Incentivo e Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Potencializa E&P.

- **Possibilitar outorga de concessão para os leilões na área do Pré-sal**

O marco legal que trata sobre a exploração e produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos em áreas localizadas no polígono do pré-sal estabelece que os contratos serão estabelecidos sob o regime de partilha de produção. No entanto, após os leilões dos principais blocos do pré-sal, esse regime se mostra ineficaz por não conseguir gerar competição. É preciso alterar o marco legal que determina que os contratos para a exploração da área do pré-sal para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime seja mais vantajoso, e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações.

- **Avançar no desenvolvimento de novas áreas de exploração de petróleo e gás**

Os campos do pré-sal correspondem a 75% do total da produção nacional. Contudo, o resultado dos esforços exploratórios nessa área nos últimos anos tem sido decrescente. É preciso viabilizar a exploração de petróleo e gás natural em novas fronteiras geológicas e em reservatórios de baixa permeabilidade, destravando as campanhas exploratórias na região da Margem Equatorial e impulsionando o Programa Poço Transparente.

- **Concluir a regionalização dos serviços de água e esgoto**

A regionalização dos serviços de água e esgoto é um objetivo explícito do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, calcada na justificativa de ganhos de escala na oferta pelo prestador responsável. Atualmente, cerca de 57% dos municípios já estão incluídos em algum tipo de regionalização pelas leis estaduais, mas ainda não houve implementação efetiva da estrutura regionalizada. Portanto, é preciso criar mecanismos que permitam a operacionalização de fato dos serviços.

- **Transferir as administrações portuárias para a gestão privada**

Apesar dos avanços obtidos a partir da aprovação da nova Lei dos Portos (Lei nº 12.815/13), os grandes portos públicos do país apresentam um baixo nível de eficiência na gestão portuária. A modernização das administrações portuárias é a parte da Lei dos Portos que ainda necessita avançar. O governo precisa dar continuidade à transferência dos Portos Públicos ao setor privado.

- **Retirar os obstáculos ao afretamento a casco nu na cabotagem**

O Brasil tem uma vasta extensão litorânea, mas explora pouco esse potencial. Um importante avanço ocorreu com a aprovação do novo marco regulatório (Lei nº

14.301/2022). O problema é que apesar da aprovação da Lei, em janeiro de 2022, diversos dispositivos ainda carecem de regulamentação por parte do poder público. É fundamental garantir celeridade ao processo de regulamentação do novo marco legal de cabotagem, sobretudo no que diz respeito a definição dos requisitos de atendimento às embarcações sustentáveis.

- **Viabilizar a participação privada para exploração de hidrovias**

O transporte hidroviário apresenta uma baixa participação no total de cargas movimentadas no país. O artigo 21 da Constituição Federal estipula que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte aquaviário doméstico. Dessa forma, é possível a exploração pelo setor privado da administração, gestão e dos investimentos nas hidrovias brasileiras, conforme já ocorre em diferentes setores da infraestrutura. É importante estudar a possibilidade de implementação do regime de outorgas ao setor privado para gestão de trechos hidroviários.

- **Garantir a plena regulamentação do Marco Legal de Ferrovias**

O Brasil tem 30 mil quilômetros de ferrovias, sendo que grande parte atualmente apresenta elevado nível de ociosidade. Um amplo esforço deve ser realizado para garantir a modernização das infraestruturas ferroviárias do país. Isso porque a construção de ferrovias demanda recursos vultosos e o novo marco estabelecido para o setor (Lei nº 14.273/2021) ainda carece de plena regulamentação.

- **Alterar o regime de outorga para o estabelecimento de portos secos no país**

As Estações Aduaneiras Interior (EADI), ou “portos secos”, são áreas alfandegadas de uso público criadas como uma opção logística para desafogar o armazenamento de

mercadorias. No entanto, existem apenas 63 dessas instalações em operação no país, sendo que poucas foram concedidos nos 10 últimos anos. O principal motivo para a baixa implementação de portos secos decorre da obrigatoriedade de licitação, que deve ser feita pela Receita Federal, órgão sem a estrutura para modelar o processo de concessão com a agilidade e expertise necessária. É necessário excluir o inciso VI do art. 1º da Lei nº 9.074/1995, que inclui as estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público como instalações sujeitas ao regime de concessão, permitindo o modelo de autorização para essas instalações.

- **Agilizar a implementação do DT-e**

O Documento de Transporte Eletrônico (DT-e) foi instituído a partir da Lei nº 14.206/2021 e tem como objetivo principal unificar, reduzir e simplificar dados e informações exigidas por órgãos e entidades intervenientes para a realização e a contratação da operação de transporte. Ainda que tenha sido realizada uma tentativa de regulamentação, com a publicação do Decreto 11.313/2022, não foi possível garantir de fato a operacionalização do sistema. Dessa forma, o Governo Federal deve publicar uma nova proposta de decreto para regulamentar o DT-e.

- **Modernizar a Política Nacional de Mobilidade Urbana**

Desde meados do século passado, o Brasil passa por um processo de urbanização acelerado e desordenado. Apesar dos avanços alcançados com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), ainda persistem problemas relacionados à governança, à gestão e ao financiamento de projetos na área. É prioritário aprovar uma nova Política Nacional de Mobilidade Urbana (PL 3.278/2021 ou outro que siga a mesma direção).

3.2 Propostas para a Região Centro-Oeste

Rodovias

- **BR-060/GO:** Concluir as obras de duplicação e manutenção nos trechos Goiânia-Jataí e Jataí-Chapadão do Céu na BR-060/GO.
- **BR-153/GO:** Executar as obras de duplicação e adequação de capacidade no trecho entre Anápolis-Porangatu na BR-153/GO. Além disso, providenciar a duplicação da BR-153/GO no trecho entre Anápolis e a divisa com o estado do Tocantins (420km).
- **BR-080/GO:** Pavimentar e restaurar o trecho de ligação entre Luziânia e Padre Bernardo na BR-080/GO. Além disso, finalizar as obras no trecho de ligação com a BR-153/GO.
- **BR-414/GO:** Requalificar e manter o corredor entre Anápolis e Niquelândia na BR-414/GO.
- **BR-070/GO:** Concluir as obras de pavimentação da BR-070/GO até o trecho de entroncamento da BR-153/GO, em Itaguari. Além disso, assegurar a construção de todas as Obras de Arte Especiais (OAE) previstas para o quilômetro 384.
- **BR-030/GO:** Viabilizar a recuperação e construção de 3º faixas na BR-030/GO no trecho até a divisa com o estado da Bahia (90 km).
- **BR-020/GO:** Garantir as obras de duplicação no trecho urbano de Formosa na BR-020/GO.
- **BR-040/GO:** Finalizar as obras de duplicação na BR-040/GO no trecho entre Luziânia e Cristalina.

- **BR-158/GO:** Realizar as obras de restauração na BR-158/GO no trecho entre Caiapônia e Aragarças.
- **BR-364/GO:** Viabilizar a duplicação da BR-364/GO no trecho entre Jataí e Santa Rita do Araguaia.
- **BR-163/MS:** Concluir as obras de ampliação e manutenção na BR-163/MS, em trechos como: Caarapó (kms 194 até 198); Dourados (kms 252 até 279); Campo Grande (kms 431 a 440); Jaraguari (kms 503 até 534); São Gabriel do Oeste / Camapuã / Bandeirantes (kms 578 até 605); e Sonora (kms 829 até 831).
- **BR-267/MS:** Avançar com as obras de restauração entre Porto Murtinho e Alto Caracol, bem como dar celeridade a construção do acesso à ponte internacional da Rota Bioceânica na BR-267/MS.
- **BR-262/MS:** Realizar investimentos para mitigação de fauna na BR-262/MS com implantação de cercas condutoras, passagens superiores e subterrâneas, sinalização e redutores de velocidade.
- **BR-419/MS:** Finalizar as obras de pavimentação com Tratamento Superficial Duplo (TSD) entre o km 189 e o km 244 da BR-419/MS.
- **BR-163/MT:** Garantir a modernização da infraestrutura rodoviária da BR-163/MT por meio da pavimentação e duplicação de trechos industriais estratégicos.
- **BR-158/MT:** Avançar com as obras de construção da BR-158/MT, respeitando as exigências ambientais.
- **BR-242/MT:** Dar celeridade ao processo de pavimentação da BR-242/MT nos trechos próximos a Canarana, Gaúcha do Norte, Nova Ubiratã, Paranatinga, Querência e Sorriso.

- **BR-080/DF:** Concluir as obras de adequação de capacidade e melhorias da BR 080/DF no trecho que inicia no km 0 e termina no km 40,3.

Ferrovias

- **Ferrovia Norte-Sul (FNS):** Ampliar a eficiência logística com terminais de integração multimodal em Anápolis, Uruaçu e Porangatu, viabilizando maior escoamento da produção agrícola e industrial.
- **Ferrovia Centro Atlântica (FCA):** Garantir Investimentos para correção da geometria da malha, supressão de interferências urbanas e aumento da velocidade média dos trens, garantindo competitividade para o setor industrial goiano.
- **Projeto FIOL/FICO – Extensão em Goiás:** Avaliar a conexão futura da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) até o entroncamento com a Norte-Sul em Mara Rosa (GO), fortalecendo a ligação ao Arco Norte.
- **Ferrogrão:** Iniciar as obras do novo corredor ferroviário de exportação de grãos do país pelo Arco Norte, ligando SINOP (MT) a Itaituba (PA) – Vila de Miritituba.
- **Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO):** Concluir as obras do trecho entre Lucas do Rio Verde e Mara Rosa da FICO.
- **Malha Oeste:** Dar celeridade ao processo licitatório da Malha Oeste, garantindo investimentos capazes de revitalizar a infraestrutura ferroviária.
- **Ferrovia do Mato Grosso (FMT):** Dar continuidade as obras de expansão da Ferrovia do Mato Grosso (FMT).

Aeroportos

- **Aeroporto de cargas de Anápolis:** Modernizar o aeroporto de cargas de Anápolis. Considerado um dos projetos mais relevantes para a logística de valor agregado no Centro-Oeste, o aeroporto de cargas de Anápolis tem infraestrutura quase concluída, mas carece de finalização de obras complementares e da efetiva operacionalização aduaneira. A conclusão desse da pista e do terminal é essencial para consolidar o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) como hub logístico, integrando ferrovia (Norte-Sul), rodovias (BR-153 e BR-060) e transporte aéreo.
- **Terminal Aeroportuário Antares (Aparecida de Goiânia):** Avançar com o projeto do Aeroporto Antares. Voltado para aviação executiva, manutenção aeronáutica e transporte de pequeno porte, podendo desafogar o Aeroporto de Goiânia (Santa Genoveva) e fortalecer o polo aeronáutico da Região Metropolitana. O empreendimento, em fase de ampliação e readequação operacional, necessita de investimentos em infraestrutura de pista, pátios e certificações junto à ANAC para plena atividade comercial e logística.
- **Aeroporto de Jataí:** Revitalizar o aeroporto de Jataí. Importante para o escoamento da produção agropecuária do Sudoeste goiano, o aeroporto possui estrutura básica, mas carece de modernização do terminal de passageiros e da pista para receber aeronaves de maior porte. Há projetos municipais e estaduais em andamento visando sua requalificação.
- **Aeroporto de Rio Verde:** Garantir a realização de obras complementares no aeroporto de Rio verde. Um dos terminais regionais mais dinâmicos do estado, já conta com voos comerciais regulares operados por companhias nacionais. O terminal passou por obras de ampliação e adequação, mas ainda demanda melhorias em taxiways e na sinalização noturna para atender a padrões mais elevados de segurança operacional.

- **Aeroporto de Águas Lindas de Goiás:** Estudar a viabilidade de implementação de um terminal aéreo de passageiros em Águas Lindas de Goiás. O município apresenta potencial para instalação de um terminal regional devido à proximidade com o eixo Brasília–Anápolis–Goiânia. Entretanto, a ausência de infraestrutura básica e de estudos técnicos ainda é um entrave para a sua viabilização.
- **Aeroporto de Dourados (MS):** Dar continuidade ao processo de ampliação e modernização do Aeroporto de Dourados, sobretudo com a construção de um novo terminal de passageiros.

Hidrovias

- **Hidrovia do Rio Paraguai:** Modernizar a navegação na hidrovia do Rio Paraguai por meio da realização das obras de dragagem, balizamento, sinalização e gestão de tráfego.

Energia

- **Expansão da transmissão em GO:** Implantar/licitar as novas linhas de transmissão de 500 kV, interligando regiões do sudoeste (Rio Verde, Jataí) ao sistema nacional, garantindo confiabilidade para a agroindústria.
- **Subestações no norte do estado de GO:** Construir e modernizar as subestações em Porangatu e Minaçu para atender ao crescimento do setor mineral e agropecuário.
- **Incentivo à geração renovável em GO:** Apoiar projetos solares fotovoltaicos em regiões como Cristalina, Caçu e Morrinhos, além de parques de biomassa associados ao setor sucroenergético.
- **Fornecimento de energia elétrica no MT:** Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria, com iniciativas como

investimento estadual em infraestrutura de transmissão e distribuição para integrar áreas industriais a subestações estratégicas; articular para aprovação do projeto de lei 1857/2024 da Agenda Legislativa da Indústria de Mato Grosso (MT Trifásico); e ampliar linhas de crédito para programas de eficiência energética.

- **Expansão da transmissão em Anastácio (MS):** Dar celeridade as obras para expansão da linha de transmissão SE 230/138 kV Anastácio (MS).
- **Expansão da transmissão em Inocência – Ilha Solteira 2 (MS):** Concluir as obras para expansão da linha de transmissão LT 230 kV Inocência (MS) - Ilha Solteira 2, C4 (MS).

Petróleo e Gás Natural

- **Gasoduto Centro-Oeste:** Viabilizar a extensão do gasoduto Bolívia-Brasil ou projetos alternativos para trazer gás natural ao eixo Goiânia – Anápolis – Aparecida de Goiânia, atendendo indústrias e reduzindo custos energéticos.
- **Distribuição regional (GO):** Desenvolver projetos de gasodutos locais a partir da malha troncal para atender polos industriais no entorno de Rio Verde e Catalão.
- **Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III) em Três Lagoas (MS):** Garantir os investimentos necessários em gás natural para que seja retomada a produção de insumos, como amônia e ureia, na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III) em Três Lagoas (MS).
- **Fornecimento de gás natural no MT:** Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos, por meio da ampliação de investimentos em ramais de gasodutos para regiões industriais emergentes e da política estadual de

incentivo à interiorização do gás natural, em parceria com a MT Gás e os municípios.

Saneamento Básico

- **Universalização da água e esgoto em GO:** Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário em Goiânia e região metropolitana, onde o déficit ainda é significativo.
- **Interiorização de investimentos em GO:** Implementar projetos em municípios médios como Catalão, Itumbiara, Rio Verde e Anápolis, garantindo maior segurança hídrica e suporte à expansão urbana.
- **Modernização da gestão hídrica em GO:** Implementar sistemas de reúso de água e redução de perdas na distribuição em cidades do semiárido goiano.
- **Acesso ao saneamento básico no MT:** Ampliar a cobertura de sistemas de captação, adução e tratamento em municípios com déficit, além do incentivo ao uso de tecnologias descentralizadas em áreas rurais e assentamentos.
- **Coleta e tratamento de esgoto no MT:** Estimular projetos de reúso de água para fins industriais e ampliar a cobertura em municípios deficitários.
- **Esgotamento sanitário no MS:** Garantir a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em cidades do MS como: Coxim, Ribas do Pardo, Dourados, Aquidauana, Rio Brilhante, Deodápolis, Sidrolândia, Selvíria, Caracol, Sonora e Vista Alegre.
- **Abastecimento de água no MS:** Viabilizar as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água em cidades do MS como: Rio Brilhante, Inocência, Naviraí, Ponta Porã, Miranda, Dourados, Itaquiraí, Pedro Gomes e Aral Moreira.

Telecomunicações

- **Expansão da Rede de Fibra Óptica em GO:** Ampliar a infraestrutura para cobertura de alta capacidade em regiões de fronteira agrícola, como Sudoeste Goiano e Norte do estado.
- **Conectividade em Áreas Rurais em GO:** Implantar os projetos 5G Rural e internet satelital em polos agroindustriais, fortalecendo a agricultura de precisão.
- **Backhaul de Dados em Municípios Médios de GO:** Estruturar rede em cidades estratégicas (Jataí, Formosa, Luziânia e Uruaçu) para integração empresarial e logística.
- **Roubo de cabos em GO:** Combater o problema de roubo de cabos de fibra ótica em GO.
- **Acesso à internet no MT:** Expandir a cobertura da Infovia MT de fibra óptica, com apoio técnico a provedores regionais para expansão em áreas remotas e ampliação de telecentros comunitários com internet gratuita em cidades de baixa conectividade.
- **Fibra ótica no MS:** Prover expansão das redes de fibra ótica, 4G e 5G, nos municípios do estado do MS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial produtivo da Região Centro-Oeste coloca a região como um dos principais vetores de crescimento da economia brasileira, mas revela também a necessidade de infraestrutura compatível com esse dinamismo. A forte especialização agroindustrial, com produção superior à metade dos grãos do país, impõe demandas crescentes sobre os sistemas de transporte, armazenamento e integração modal, que ainda operam com limitações relevantes.

Os diagnósticos apresentados ao longo do estudo indicam que a predominância do transporte rodoviário em longas distâncias, associada a gargalos recorrentes em corredores estratégicos, restringe ganhos de eficiência e previsibilidade. A insuficiente diversificação da matriz logística reforça a importância de investimentos estruturantes capazes de ampliar a capacidade instalada e reduzir vulnerabilidades operacionais.

Nesse sentido, projetos ferroviários de caráter estruturante, como a Ferrogrão, a Ferrovia do Mato Grosso e a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), assumem papel central na reorganização dos fluxos de carga e na integração mais eficiente da região aos mercados consumidores e aos portos de exportação, em complemento ao papel exercido pela BR-163.

O estudo também aponta que o avanço do processo de agregação de valor à produção regional amplia a complexidade das cadeias produtivas e eleva a exigência por infraestrutura confiável e integrada. A expansão de segmentos industriais associados aos recursos naturais, como celulose e biocombustíveis, reforça a necessidade de soluções logísticas, energéticas e de transporte compatíveis com padrões industriais mais intensivos em capital e tecnologia, além de alinhados às exigências da transição energética e da agenda de descarbonização.

As contribuições do setor industrial convergem para a necessidade de planejamento de longo prazo, coordenação institucional e aprimoramento da governança pública,

de modo a viabilizar a execução de projetos prioritários e a ampliação da participação do investimento privado. A previsibilidade regulatória e a qualidade dos estudos técnicos emergem como fatores determinantes para a efetividade dos investimentos.

Ao consolidar diagnósticos e prioridades, este trabalho oferece subsídios técnicos para orientar decisões de política pública e estratégias empresariais voltadas à infraestrutura da Região Centro-Oeste. A superação dos gargalos identificados é condição fundamental para elevar a produtividade regional, fortalecer as cadeias produtivas e ampliar, de forma consistente, o bem-estar das famílias, assegurando bases mais sólidas para o crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Painel de demanda e oferta.** Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/demanda-e-oferta>. Acesso em: 20 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **RALIE:** expansão da expansão de geração. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/geracao>. Acesso em: 14 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Dados estatísticos.** Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos>. Acesso em: 16 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. **Painéis de dados:** banda larga fixa. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa>. Acesso em: 19 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. **Painéis de dados:** telefonia móvel. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel>. Acesso em: 19 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – Antaq. **Painel estatístico.** Disponível em: <https://www.gov.br/antag/pt-br/central-de-conteudos/paineis>. Acesso em: 16 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. **Concessões ferroviárias.** Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/concessoes-ferroviarias/ferrovia-transnordestina-logistica-s-a/arquivos/concessoes-ferroviarias.jpg/view>. Acesso em: 15 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. **Sistema de acompanhamento de fiscalização do transporte ferroviário.** Disponível em: <https://saff.antt.gov.br/Account/Login/?ReturnUrl=%2f>. Acesso em: 15 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO – ABEGÁS. **Dados de consumo de gás natural trimestrais.** 2022. Disponível em: <https://www.abegas.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Infraestrutura:** demandas e prioridades dos empresários. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/87/53/87536f88-1a7f-4b7b-bee0-0d7d5a27c29f/pesquisa_cni_infraestrutura_-_completa.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Pesquisa CNT de rodovias 2023.** 2023. Disponível em: <https://pesquisarodovias.cnt.org.br/painel>. Acesso em: 15 ago. 2024.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2023.** 2024. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>. Acesso em: 16 ago. 2024.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Dashboard de energia eólica onshore:** base existente, evolução temporal e perspectivas. Disponível em: <https://gisepeprd2.epe.gov.br/arctgisportal/apps/dashboards/d520ad94eadc48b18da1ef2fa409866b>. Acesso em: 20 out. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Painel de dados de potencial técnico de produção de hidrogênio.** Disponível em: <https://gisepeprd2.epe.gov.br/arctgisportal/apps/storymaps/stories/68332aaa3fc64524a656583e1367daa3>. Acesso em: 20 out. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Painel de dados sobre eólicas offshore.** Disponível em: <https://gisepeprd2.epe.gov.br/arctgisportal/apps/webappviewer/index.html?id=61f75ef2930540ee962c26d3acfe41e1>. Acesso em: 20 out. 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos-snis> . Acesso em: 23 out. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. **Boletim mensal de acompanhamento da indústria de gás natural.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes-1/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/2022-2>. Acesso em: 20 out. 2025.

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS – MPOR. **Hórus**: SIROS. Disponível em: <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Principal>. Acesso em: 20 out. 2025.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT. **Frota de veículos**: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2023>>. Acesso em: 14 out. 2025.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – PRF. **Acidentes**. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-acidentes>. Acesso em: 13 out. 2025.

SENADO FEDERAL. **Siga Brasil Painéis**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 12 out. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Acompanhamento de obras paralisadas**. Disponível em: <https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>. Acesso em: 12 out. 2025.

CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

Gabinete da Presidência

Danusa Costa Lima e Silva de Amorim
Chefe do Gabinete

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Roberto de Oliveira Muniz
Diretor de Relações Institucionais

Superintendência de Infraestrutura

Wagner Cardoso
Superintendente de Infraestrutura

Andreia Carvalho
Euder Santana de Sousa
Fernanda Boaventura Ortega
Mariana da Costa Ferreira Lodder
Paula Bogossian
Pedro Haggstram Rodrigues
Ramon Goulart Cunha
Rennaly Patricio Sousa
Roberto Wagner Lima Pereira
Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

André Nascimento Curvello
Diretor de Comunicação

Superintendência de Publicidade e Mídias Sociais

Mariana Caetano Flores Pinto
Superintendente de Publicidade e Mídias Sociais

DIRETORIA CORPORATIVA

Cid Carvalho Vianna
Diretor de Serviços Corporativos

Superintendência de Desenvolvimento Humano

Renato Paiva
Superintendente de Desenvolvimento Humano

Gerência de Educação Corporativa

Priscila Lopes Cavichioli
Gerente de Educação Corporativa

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

